COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E DEBATES SOBRE A SITUAÇÃO DOS ANIMAIS DO ESTADO; PROPOR POLÍTICAS PÚBLICAS QUE POSSAM PROMOVER A REGULAMENTAÇÃO E A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS DO ESTADO; PROPOR A ATUALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS LEGAIS SOBRE A MATÉRIA; E PROPOR AÇÕES E MEDIDAS PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS RELACIONADOS À CRIAÇÃO, À COMERCIALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO DOS ANIMAIS.

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS

Relatório Final

Relator: Deputado Noraldino Júnior

Belo Horizonte

2017-2018

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO

2 – INSTALAÇÃO E OBJETIVOS

3 – COMPOSIÇÃO

4 – TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO BIÊNIO 2017/2018

4.1 – 3ª Reunião Ordinária – 1º/6/2017 – ALMG

4.2 – 1ª Reunião Extraordinária – 7/6/2017 – ALMG

4.3 – 4ª Reunião Ordinária – 22/6/2017 – ALMG

4.4 – 5ª Reunião Ordinária – 29/6/2017 – ALMG

4.5 – 6ª Reunião Ordinária – 6/7/2017 – ALMG

4.6 – 7ª Reunião Ordinária – 3/8/2017 – ALMG

4.7 – 8ª Reunião Ordinária – 10/8/2017 – ALMG

4.8 – 9ª Reunião Ordinária – Audiência Pública – 17/8/2017 – ALMG

4.9 – Visita – Centro de Controle de Zoonoses de Montes Claros – 18/8/2017

4.10 – 2ª Reunião Extraordinária – Audiência Pública – 18/8/2017 – Câmara Municipal de Montes Claros

4.11 – 11ª Reunião Ordinária – 21/9/2017 – ALMG

4.12 – 3ª Reunião Extraordinária – Audiência Pública – 5/10/2017 – ALMG

4.13 – 12ª Reunião Ordinária – 19/10/2017 – ALMG

4.14 – 1ª Reunião Conjunta com a Comissão de Direitos Humanos – 26/10/2017 – ALMG

4.15 – Reunião Especial – Debate Público – 27/11/2017

4.16 – Visita – Abrigo Isabela Freitas – 4/7/2018 – ALMG

4.17 – 1ª Reunião Extraordinária – 5/7/2018 – ALMG

5 – LEIS APROVADAS E PROJETOS DE LEI APRESENTADOS SOBRE A TEMÁTICA DA PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NO BIÊNIO 2017/2018

6 – RECOMENDAÇÕES

7 – AGRADECIMENTOS

8 – ASSESSORIA TÉCNICA

9 – ANEXOS

ANEXO I – REGISTROS DE VISITAS

ANEXO II – REQUERIMENTOS APROVADOS – 2017/2018

ANEXO III – ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE PARTICIPARAM DOS TRABALHOS

1 – INTRODUÇÃO

A proteção dos animais tem se destacado em todo o País e no mundo devido, principalmente, à conscientização de que eles são seres sencientes, ou seja, têm sensações e sentimentos de forma consciente. Desse modo, além de conferir bem-estar a esses seres, a proteção aos animais busca evitar os maus-tratos e a proliferação de doenças transmitidas por eles ou que os tem como vetores.

As políticas públicas voltadas para essa proteção ainda são poucas e dispersas. Envolvem, sobretudo: a regulamentação, a fiscalização e a punição das práticas capazes de ocasionar-lhes maus-tratos; as ações públicas de controle de zoonoses; o controle populacional de animais domésticos e em situação de rua; o uso de animais no ensino e na pesquisa; e a preservação e o manejo de animais silvestres.

A incipiência e as limitações dessas políticas vêm ensejando debates importantes na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais há mais de uma década. A riqueza dessas discussões, que contam com intensa participação do poder público, da academia e da sociedade civil, em muito contribui para aprofundar o conhecimento da sociedade e do poder público sobre o tema e para as tarefas de aprimorar a legislação estadual e de fiscalizar sua execução.

Tais discussões ensejaram a instalação, em 2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, que ora finaliza o segundo biênio de existência. A Comissão dos Animais, como hoje é mais conhecida, se consolidou, ganhou porte e força e trouxe a público a causa da defesa e da proteção dos animais. Apesar das limitações regimentais que a impedem de examinar e emitir pareceres sobre projetos de lei, ela encaminhou, a requerimento da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sugestões robustas a proposições atinentes à matéria em tramitação nesta Casa.

Em seu primeiro biênio duas proposições se transformaram em leis: a Lei nº 21.970, de 15/1/2016, que dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos, e a Lei nº 22.231, de 20/7/2016, que dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Estado.

Já no segundo biênio, a comissão desenvolveu trabalhos que levaram à aprovação da Lei nº 23.050, de 25/7/2018, que proíbe a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimento e teste de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes.

Ao longo dos quatro anos de sua existência, esta comissão extraordinária se dedicou à causa animal e se destacou na sua defesa. Aos animais foi dada voz, por meio de seus defensores e de organizações não governamentais.

O mais importante é que a temática da proteção aos animais foi colocada na agenda do Legislativo mineiro. Mais do que o registro do trabalho da comissão, este relatório final visa manter viva essa história de luta pela proteção dos animais e destacar o anseio pela instalação de um debate permanente sobre esse tema cada vez mais pungente para os mineiros.

2 – INSTALAÇÃO E OBJETIVOS

Em 10/5/2017, a Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais instalou a Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, que iniciou suas atividades em 17/5/2017 e funcionou durante o segundo biênio da 18ª Legislatura.

A comissão foi instituída com os seguintes objetivos:

I – promover debates e propor medidas relacionadas a gestão e bem-estar dos animais;

II – verificar a situação e o papel das associações de proteção animal;

III – discutir outros aspectos relacionados a defesa e proteção dos animais.

3 – COMPOSIÇÃO

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Noraldino Júnior – presidente	Antônio Jorge
Leandro Genaro – vice-presidente	André Quintão
Elismar Prado	Tito Torres
Iran Barbosa	Fred Costa
Membro efetivo não indicado	Ulysses Gomes

4 – TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO BIÊNIO 2017/2018

Nos anos de 2017 e 2018, os trabalhos da comissão se desenvolveram por meio de reuniões ordinárias, 15 audiências públicas e duas visitas. Durante esses eventos, foram aprovados 183 requerimentos, apresentados no Anexo 2.

A Tabela 1 apresenta uma relação dos eventos promovidos no biênio.

Tabela 1 – Eventos da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais

Reunião	Data	Tipo	Local	Finalidade
1	17/05/2017	Reunião Especial	ALMG	Eleger o presidente e o vice-presidente.
2	18/05/2017	1ª Reunião Ordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
3	25/05/2017	2ª Reunião Ordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
4	01/06/2017	3ª Reunião Ordinária	ALMG	Debater as formas de conscientização para tutela responsável de animais no Estado.
5	07/06/2017	1ª Reunião Extraordinária	ALMG	Debater a educação ambiental humanitária e o bem-estar animal.
6	22/06/2017	4ª Reunião Ordinária	ALMG	Debater a aplicabilidade da Lei nº 22.231, que "Dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Estado" e formas eficazes de fiscalização pelos agentes públicos.
7	29/06/2017	5ª Reunião Ordinária	ALMG	Debater a esporotricose, zoonose causada por fungos que têm os gatos como hospedeiros.
8	06/07/2017	6ª Reunião Ordinária	ALMG	Debater o manejo ético da fauna urbana.
9	03/08/2017	7ª Reunião Ordinária	ALMG	Debater o conflito com a fauna silvestre urbana.
10	10/08/2017	8ª Reunião Ordinária	ALMG	Debater o Direito aplicado à defesa dos animais.
11	17/08/2017	9ª Reunião Ordinária	ALMG	Debater a leishmaniose animal.
12	18/08/2017	Visita	Centro de Controle de Zoonoses de Montes Claros	Averiguar o estado de saúde dos animais ali abrigados, a infraestrutura do local, o modo como são descartados os animais mortos, os exames realizados para diagnosticar leishmaniose canina e qual o procedimento adotado em relação aos cães que são diagnosticados com essa doença.
13	18/08/2017	2ª Reunião Extraordinária	Câmara Municipal de Montes Claros	Debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nos municípios da Região Norte do Estado.

Reunião	Data	Tipo	Local	Finalidade
14	31/08/2017	10ª Reunião Ordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
15	21/09/2017	11ª Reunião Ordinária	ALMG	Debater a importância da castração pediátrica de animais domésticos.
16	05/10/2017	3ª Reunião Extraordinária	ALMG	Debater o Projeto de Lei Federal nº 6.268/2016, que trata da regulamentação do manejo e do controle da caça de animais silvestres.
17	19/10/2017	12ª Reunião Ordinária	ALMG	Debater a saúde única e as políticas para animais.
18	26/10/2017	1ª Reunião Conjunta	ALMG	Debater o uso das charretes como atrativo turístico em municípios do Estado e a denúncia sobre violência praticada por condutores de charrete contra ativistas de direitos dos animais que se posicionam contra essa prática no Município de Tiradentes.
19	09/11/2017	13ª Reunião Ordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
20	27/11/2017	Debate Público	ALMG	Debater o descontrole populacional e a proliferação de zoonoses.
21	15/03/2018	1ª Reunião Ordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
22	24/05/2018	2ª Reunião Ordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
23	28/06/2018	3ª Reunião Ordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
24	05/07/2018	1ª Reunião Extraordinária	ALMG	Debater as políticas públicas de proteção animal no Estado e as dificuldades enfrentadas por ativistas e organizações não governamentais de proteção animal.
25	12/07/2018	4° Reunião Ordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.
26	08/11/2018	5ª Reunião Ordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.

Nos tópicos que se seguem são descritos resumidamente os principais eventos da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais no biênio 2017-2018, com a identificação dos temas e dos objetivos tratados.

4.1 – 3ª Reunião Ordinária – 1º/6/2017 – ALMG

Objetivo: Debater as formas de conscientização para tutela responsável de animais no Estado.

Durante a reunião, a veterinária Flávia Quadros destacou que a causa animal é negligenciada pelo poder público ao se pensar que a castração resolve o abandono e o excedente populacional. Segundo ela, essa realidade só pode mudar com um novo comportamento da população, por meio da implantação de um programa de educação na grade curricular de escolas estaduais.

Na mesma linha, o vice-presidente da ONG Ajuda, Átila Torquato, enfatizou que o trabalho de conscientização é mais efetivo e barato. Partilhou da mesma opinião a vice-presidente da ONG A4 Mineiro de Divinópolis, Edimara Martins, que também destacou a necessidade de se orientar a população sobre o trato com os animais. Na opinião dela, sacrificar o animal contaminado com leishmaniose não é a solução.

Já a presidente da Associação do Bem Pet de Nova Lima, Daniela Araújo Passos, apresentou o trabalho "Cãominhando pela Conscientização", abrigado em uma plataforma do Ministério Público denominada *Semente*, em que podem ser cadastrados projetos na área ambiental para que possam receber recursos oriundos de medidas compensatórias. Ela esclareceu que o projeto atuou em três eixos: a verificação de animais domiciliados na cidade e a elaboração de uma espécie de censo sobre eles; a capacitação de agentes municipais de saúde nessa área; e a realização de um trabalho de educação ambiental nas escolas do município.

Por fim, a integrante do Movimento Mineiro pelo Direito dos Animais, Adriana Araújo, destacou a importância das Leis nos 21.970 e 22.231, ambas de 2016, que dispõem, respectivamente, sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos; e a definição de maus-tratos contra animais no Estado.

4.2 – 1ª Reunião Extraordinária – 7/6/2017 – ALMG

Objetivo: Debater a educação ambiental humanitária e o bem-estar animal.

Uma das participantes da reunião, a diretora do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, Elizabeth Suzanne MacGregor, detalhou o programa Educação Ambiental Humanitária em Bem-Estar Animal. Segundo ela, a iniciativa consiste em um curso de formação gratuito desenvolvido pelo fórum, cujo objetivo é incluir o ensino sobre o bem-estar animal no sistema escolar brasileiro, por meio de convênios com secretarias municipais e estaduais de educação e outras instituições.

A pesquisadora ainda destacou ações humanas que afetam e comprometem o bem-estar animal, como o seu emprego em pesquisas para o desenvolvimento de cosméticos e em entretenimento, o seu confinamento em instalações inadequadas nos zoológicos, o consumo excessivo de carne e a caça.

O coordenador de Defesa dos Animais da Secretaria de Meio Ambiente de Belo Horizonte, Jean Cloude, lembrou que a preservação do meio ambiente e dos animais protege a própria espécie humana. Ele destacou ainda alguns desafios enfrentados na Capital, como garantir qualidade de vida para os gatos que vivem nos parques.

4.3 – 4ª Reunião Ordinária – 22/6/2017 – ALMG

Objetivo: Debater a aplicabilidade da Lei nº 22.231, que "Dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Estado" e formas eficazes de fiscalização pelos agentes públicos.

Durante o debate, o diretor de Planejamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de Contagem, Eric Alves Machado, destacou que a Lei 22.231, de 2016, estava sendo aplicada de forma isolada em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o que, para ele, demonstrava a dificuldade de o poder público aplicar a norma após a sua entrada em vigor.

Machado avaliou que a referida lei facilitou a fiscalização, uma vez que tipificou claramente os maus-tratos contra animais. Relatou ainda dois casos desse tipo ocorridos no município contra cachorros e um cavalo em que houve aplicação da lei, por meio de multa, fechamento de canil e apreensão de animais.

O presidente da comissão, deputado Noraldino Júnior, observou que a aplicação da lei em Contagem servirá de exemplo para que outros municípios passem a atuar na defesa animal. Afirmou que está buscando sensibilizar áreas do governo do Estado para a importância do tema. Ele citou a criação de um grupo especializado pela Polícia Civil para investigar e combater maus-tratos contra animais em Minas Gerais.

O deputado destacou também o início de tratativas com o comando da Polícia Ambiental e do Ministério Público no sentido de capacitar integrantes da corporação para aplicação da Lei nº 22.231.

Daniela Araújo Passos, presidente da ONG do Bem Pet em Nova Lima, apresentou mais um exemplo de ferramenta em prol da defesa animal: um disque-denúncia está sendo criado no município para que a população possa delatar anonimamente os donos que maltratarem seus animais.

4.4 – 5ª Reunião Ordinária – 29/6/2017 – ALMG

Objetivo: Debater a esporotricose, zoonose causada por fungos que têm os gatos como hospedeiros.

Durante a audiência, a veterinária Carla Sássi explicou que a esporotricose é causada pelo fungo *Sporothrix schenckii*, que está presente no ambiente, em terras de jardins, por exemplo. É muito comum a transmissão por gatos ao ser humano por meio de

arranhões, eis que habitualmente os felinos afiam as garras e enterram suas fezes, e, assim, acumulam o fungo sob as unhas. E, no caso de cruzamentos ou briga por território, também podem se contaminar.

Na maioria dos casos, segundo ela, a doença atinge a pele, causando lesões, às vezes em sequência, como um colar de nódulos. Além disso, pode levar à incapacitação temporária para o trabalho. A veterinária ainda esclareceu que o diagnóstico é difícil, diante do desconhecimento dos profissionais de saúde sobre ela. Assim, de acordo com Sássi, somente a correta informação e o investimento em controle populacional podem surtir efeito. Por isso, alertou sobre a necessidade de envolvimento do poder público no controle da doença, com a destinação de recursos financeiros e a correta informação da população, para se evitar sua proliferação.

A veterinária reforçou que a esporotricose é tratável, mas que muitos cogitam a eutanásia nos gatos de rua porque a adoção, após o tratamento, é complicada devido à possibilidade de reincidência. Ela recomenda o uso de luvas nos contatos com os felinos e de água sanitária para lavar os locais destinados aos animais, além de consulta frequente ao veterinário.

Outra medida, a ser adotada pelos governos, de acordo com a especialista, é a castração em massa, para controle populacional, e a notificação compulsória dos casos. O deputado Glaycon Franco, que também é médico, acrescentou que os serviços de zoonoses e de saúde devem trabalhar juntos.

Os participantes da audiência enfatizaram a necessidade de uma correta abordagem da esporotricose para se evitar o massacre de animais, como ocorreu recentemente com macacos, em função do aumento de casos de febre amarela, e com as capivaras, nos casos de febre maculosa. Nesse contexto, Adriana Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais, lembrou que o homem degrada os *habitats* dos animais silvestres, que, cada vez mais, se aproximam dos centros urbanos. Por isso, na sua avaliação, cuidar desses animais significa cuidar dos humanos.

O deputado Noraldino Júnior reiterou a necessidade de se acabar com mitos que envolvem a esporotricose. E defendeu uma política de controle dos animais como ocorre na Holanda, onde não há abandono e, dessa forma, zoonoses não prosperam. Segundo o parlamentar, no Brasil várias prefeituras ainda utilizam o extermínio de animais para o controle de zoonoses, muitas vezes sem a realização de exames para seu diagnóstico, o que é crime previsto na legislação.

4.5 – 6ª Reunião Ordinária – 6/7/2017 – ALMG

Objetivo: Debater o manejo ético da fauna urbana.

No debate, a veterinária Flávia Quadros Campos Ferreira se posicionou contra a matança de animais como estratégia de controle da população de cães e gatos em situação de rua nas cidades. A especialista apresentou estudos que apontam que, embora seja necessário o controle, nas campanhas de extermínio a taxa de mortalidade não ultrapassa 15%, o que gera a médio e a longo prazo o efeito oposto: o aumento da taxa de reprodução das populações.

Ela explicou que isso acontece em virtude do chamado "crescimento logístico". Ocorre que, segundo a veterinária, além da capacidade reprodutiva exponencial de cães e gatos (respectivamente, até duas e quatro ninhadas por ano), o extermínio aumenta a taxa de sobrevivência dos animais que restaram e seus filhotes.

A especialista observou que o problema maior são os animais semidomiciliados, que têm livre acesso à rua. Segundo ela, por uma série de motivos, algumas pessoas deixam seus animais nas ruas e transferem o ônus do problema para a população em geral.

Dessa forma, diante do patamar alarmante da população de cães e gatos atualmente no Brasil, apontou que é necessário se adotarem outras estratégias de controle. Elencou algumas alternativas para solucionar o problema: ações educativas; registro e identificação dos animais; controle da reprodução (castração) e recolhimento seletivo dos animais nas ruas; guarda de animais em unidades municipais e abrigos de entidades protetoras; destinação dos animais (adoção); manejo do ambiente e de resíduos; e aperfeiçoamento da legislação sobre o assunto.

O presidente da comissão, deputado Noraldino Júnior, destacou que ações pontuais não resolvem o problema da reprodução desenfreada de cães e gatos, mas, sim, políticas bem estruturadas de governo.

4.6 – 7ª Reunião Ordinária – 3/8/2017 – ALMG

Objetivo: Debater o conflito com a fauna silvestre urbana.

Durante a reunião, debateram-se as vantagens e as desvantagens do convívio humano com a fauna silvestre em centros urbanos, bem como os procedimentos gerais para uma convivência mais harmônica entre homens e animais nas cidades.

O analista ambiental Daniel Ambrózio da Rocha Vilela, do Ibama, enfatizou que com o avanço dos centros urbanos, os animais silvestres saíram das áreas verdes e passaram a ocupar as urbanizadas. Isso afeta de forma negativa os animais silvestres, pois se cria um ambiente muito desafiador a eles. Mas nada impede a permanência deles nas cidades.

Em contrapartida, segundo o especialista, o convívio com essa fauna traz benefícios para os humanos, como a redução do estresse pelo contato com a natureza, o embelezamento da paisagem e o equilíbrio ambiental.

Dessa forma, segundo Vilela, há de existir uma solução para eventuais conflitos decorrentes da convivência dos humanos com os animais silvestres. Para ele, o caminho não está no seu extermínio nem na sua devolução à natureza, mas no respeito à fauna silvestre urbana. Assim, para a gestão de conflitos, como, por exemplo, a presença de animais silvestres em áreas domésticas, Vilela explicou que o cidadão deve acionar Ibama. Já, em situações de emergências, como a ocorrência de animais feridos ou que estejam obstruindo rodovias, deve-se acionar a polícia ambiental.

A convidada Samylla Moll, pesquisadora e autora de livros sobre o tema, afirmou que é preciso repensar a convivência do homem com o animal silvestre, lembrando que é um direito deles estar aqui e um dever constitucional dos humanos conviver harmônica e respeitosamente com eles.

Os participantes da reunião Marcos de Mourão Motta, da ONG Asas e Amigos, Erika Procópio Tostes Teixeira, analista ambiental do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, Adriana Araújo, presidente do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e a veterinária Flávia Quadros destacaram que a educação ambiental é uma das principais ferramentas para se resolver essa questão.

Júlio Augusto dos Santos Silva, analista ambiental do Ibama, relatou que os municípios, cada vez mais, estão entendendo que cabe a eles a gestão dos conflitos com os animais silvestres em áreas urbanas. Para ajudá-los nesse trabalho, o Grupo Especial de Defesa da Fauna do Ministério Público do Estado em conjunto com o Ibama e com a colaboração da ALMG organizaram uma cartilha denominada Gestão de Conflitos com Animais Silvestres em Centros Urbanos. Seu conteúdo revela que a retirada dos indivíduos de um determinado local não produzirá os efeitos desejados se os fatores ambientais que favorecem o aparecimento da fauna não forem alterados.

O presidente da comissão, deputado Noraldino Júnior, ressaltou a necessidade de o Estado utilizar a estrutura da educação pública para disseminar informações e instruir crianças e jovens sobre como tratar a fauna silvestre. Já o deputado Leandro Genaro destacou que não é uma opção do ser humano viver harmoniosamente com os animais, e, sim, uma obrigação, bem como um dever dos parlamentares lutarem pela causa.

O deputado Geraldo Pimenta, por seu turno, acrescentou que os conflitos entre as espécies podem ser resolvidos por meio de corredores ecológicos e de campanhas de informação à sociedade.

4.7 – 8ª Reunião Ordinária – 10/8/2017 – ALMG

Objetivo: Debater o direito aplicado à defesa dos animais.

Na reunião, a pesquisadora Samylla Mól expôs uma perspectiva histórica da relação conflituosa dos homens com os animais, que teria se iniciado com a concepção antropocentrista de muitas sociedades. Ou seja, se o homem é visto como o centro do universo, ele tem o direito de conviver como bem entender com o mundo que o cerca, sem levar em consideração nada além daquilo

que lhe convém. Essa visão, ainda de acordo com a pesquisadora, foi sendo analisada e revista durante os séculos, até a mais recente conclusão das comunidades filosófica e científica de que os animais possuem emoções e consciência.

Mól fez uma apresentação sobre o Direito aplicado à defesa dos animais. Além da proposição que muda o *status* dos animais no Código Civil, a convidada citou o Projeto de Lei federal nº 631, de 2015, do ex-senador Marcelo Crivella (do Rio de Janeiro), que institui o Estatuto dos Animais; o Projeto de Lei 2.844/15, dos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa, que veda o uso de animais para testes de cosméticos e produtos de higiene (transformado na Lei nº 23.050, de 25 de julho de 2018); bem como a Lei 21.970, de 2016, que proíbe a eutanásia para o controle populacional de cães e gatos.

A conclusão da especialista foi que, apesar de a legislação ter de fato evoluído, ainda há desafios não só para que todas as normas sejam efetivamente cumpridas, mas também para que não haja retrocesso no arcabouço jurídico.

Ela ainda lembrou dos circos, dos rodeios e dos zoológicos, que violam regras fundamentais para o bem-estar dos animais: serem livres de fome e sede; de dores, lesões e doenças; do medo e do estresse; de um ambiente não condizente com sua natureza; e para exercer seus comportamentos naturais. Destacou retrocessos nas leis, como a Emenda à Constituição Federal nº 96, de 2017, que viabilizou a prática da vaquejada, e o Projeto de Lei nº 6.268, de 2016, do deputado federal Valdir Colatto (de Santa Catarina), que pretende liberar a caça de animais selvagens.

Por fim, Mól trouxe uma reflexão sobre o comércio de animais em espaços insalubres (como o Mercado Central de Belo Horizonte), a criação de animais para o consumo e a permissão para o uso de carroças.

O deputado Noraldino Júnior destacou que as leis devem acompanhar a evolução da sociedade. Nesse sentido, lembrou seu engajamento na proibição do uso de charretes, mesmo em lugares em que a atividade é considerada um patrimônio cultural, como no Município de Tiradentes.

4.8 – 9ª Reunião Ordinária – Audiência Pública – 17/8/2017 – ALMG

Objetivo: Debater a leishmaniose animal.

Durante a audiência pública, o médico veterinário e professor da PUC Minas, Vitor Márcio Ribeiro, defendeu que, no controle da leishmaniose na população de cães e gatos, o simples extermínio ou abate em massa de animais é antiético, desumano e ineficiente. Para ele, políticas públicas voltadas para o investimento em vacinas, inseticidas e campanhas educativas, em especial nas comunidades pobres, são mais eficazes, com vantagens sobre o controle dos vetores que transmitem a doença que atinge tanto animais quanto humanos.

Segundo o professor, há evidências científicas de que medidas preventivas, como o diagnóstico e o tratamento precoce da leishmaniose, bem como o combate ao vetor, estão entre as ações mais eficientes de controle em todo o mundo.

O palestrante explicou que existem vários tipos da doença causada pelo protozoário leishmania, entre as quais a mais grave é a leishmaniose visceral. Segundo ele, o Brasil registra, anualmente, entre 3 mil e 4 mil casos de leishmaniose visceral, o que o coloca ao lado de países como Etiópia, Índia, Quênia, Somália e Sudão. Além disso, o Brasil também ocupa lugar de destaque nos casos de leishmaniose cutânea.

Para Ribeiro, a isenção de impostos para a comercialização de medicamentos é uma forma de reduzir o preço do produto para o consumidor. Além disso, ele apontou várias medidas que podem ser adotadas pela população para redução da contaminação:

– limpeza do ambiente, com a retirada de matéria orgânica, como folhas, frutos e flores, que facilitam a reprodução dos insetos vetores;

– poda de árvores, para maior insolação ambiental;

– utilização, nos ambientes domésticos, de plantas repelentes, como a citronela;

– controle da fonte de alimentação dos animais domésticos;

– uso de inseticidas e de colares repelentes em cães e gatos;

– passeio com os cães fora do horário noturno ou crepuscular, mais propício à ação dos vetores.

O deputado Noraldino Júnior criticou os administradores municipais que adotam a prática de extermínio de animais e não investem em políticas educativas.

4.9 – Visita – Centro de Controle de Zoonoses de Montes Claros – 18/8/2017

Objetivo: Averiguar o estado de saúde dos animais ali abrigados, a infraestrutura do local, o modo como são descartados os animais mortos, os exames realizados para diagnosticar leishmaniose canina e qual o procedimento adotado em relação aos cães que são diagnosticados com essa doença.

A eutanásia de 1.367 cães em razão de contaminação por leishmaniose em Montes Claros, entre janeiro e julho de 2017, foi tema da visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais realizada no município.

O diretor de Vigilância em Saúde da Prefeitura de Montes Claros, Aloízio Cunha, a veterinária Marília Fonseca Rocha e o coordenador de Saneamento e Controle, Flamarion Cardoso Gualberto, reconheceram que o número de eutanásias na cidade é alto, mas garantiram que a prática se deve ao diagnóstico de leishmaniose confirmado por testes.

Eles explicaram, também, que são feitas ações de prevenção da doença, que passam pela retirada de materiais orgânicos, pelo treinamento dos agentes de combate ao mosquito transmissor e pela realização de palestras em escolas sobre o tema. Apesar disso, acreditam ser necessário um programa de castração mais eficiente.

O presidente da comissão, deputado Noraldino Júnior, cobrou a implantação de um programa de manejo ético de controle populacional, que evite o extermínio dos animais na cidade. Ele propôs também alocar, por meio de emenda parlamentar, recursos para a cessão de um centro cirúrgico móvel destinado à castração. A iniciativa, no entanto, dependeria de um acordo para que a prefeitura assuma os custos operacionais da estrutura.

O parlamentar garantiu aos gestores que existem mecanismos de amenizar o sofrimento dos animais sem atrapalhar as ações de redução da leishmaniose.

4.10 – 2ª Reunião Extraordinária – Audiência Pública – 18/8/2017 – Câmara Municipal de Montes Claros

Objetivo: Debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nos municípios da Região Norte do Estado.

Para a maioria dos presentes na audiência pública, o motivo do alto número de eutanásias em Montes Claros é a falta de políticas públicas e de legislação que valorize a esterilização, em detrimento do sacrifício dos cães.

A estudante de veterinária e presidente da ONG Justo Olhar, Aline de Jesus Matos, denunciou que a política de extermínio ocorre há décadas. Segundo ela, não há programas de castração para controle populacional e existe um lixão para o depósito de animais sacrificados pela prefeitura. Ela defendeu, ainda, que é preciso informar as pessoas sobre a doença, uma vez que, por medo, elas entregam os cães e gatos para a eutanásia.

O professor de veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Délcio Rocha sugeriu que o poder público municipal crie um conselho de proteção e um fundo que beneficie as entidades de proteção.

Em resposta às denúncias, o diretor de Vigilância em Saúde da Prefeitura de Montes Claros, Aloízio Cunha, reconheceu que a questão é grave, mas que a capacidade operacional do município está reduzida. Declarou que a prefeitura está disposta a rever seus procedimentos desde que embasados na legislação. Por fim, assumiu as falhas do Centro de Controle de Zoonoses, mas garantiu que a equipe faz o que pode para atender as demandas da sociedade e das associações de proteção dos animais.

4.11 – 11ª Reunião Ordinária – 21/9/2017 – ALMG

Objetivo: Debater a importância da castração pediátrica de animais domésticos.

Entre os convidados da reunião, a médica veterinária Yara Sarmento Lacerda, diretora-presidente da ONG SOS Bichinho, de Pará de Minas, esclareceu que a principal vantagem da castração pediátrica de animais domésticos é a eficiência desse tipo de controle populacional que, em consequência, resulta na redução do número de cães e gatos abandonados e na diminuição da incidência e da disseminação de doenças.

A médica apontou, também, que a castração reduz em até 90% os casos de câncer de mama nas fêmeas, bem a incidência do câncer de próstata nos machos. Lacerda destacou que os filhotes reagem muito bem durante a operação e no pós-operatório. Assim, defendeu que a castração dos filhotes contribui para um comportamento mais adequado dos animais, pois eles se adaptam bem a vários ambientes e se mantêm mais tranquilos, o que diminui os problemas de agressividade e os advindos da demarcação de território.

Segundo dados da SOS Bichinho, a ONG realizou 3.559 castrações desde 2013. Entre os animais castrados, cerca de 2.800 eram filhotes, o que corresponde a 70% do total. Entre eles, apenas seis morreram.

Colaborador da ONG, o veterinário Idael Cristiano lamentou que todo o trabalho seja feito por voluntários, sem nenhum apoio do poder público, que, segundo ele, deveria dar mais atenção ao problema dos animais abandonados. Nesse sentido, questionou os gestores que entendem que, antes disso, buscam arrecadar recursos para a construção de grandes centros de controle de zoonoses.

4.12 – 3ª Reunião Extraordinária – Audiência Pública – 5/10/2017 – ALMG

Objetivo: Debater o Projeto de Lei Federal nº 6.268/2016, que trata da regulamentação do manejo e do controle da caça de animais silvestres.

Durante a audiência pública, o deputado Noraldino Júnior se manifestou contrário ao Projeto de Lei federal nº 6.268/16, do deputado Valdir Colatto (de Santa Catarina), que dispõe sobre a política nacional de fauna e permite a caça de animais silvestres. Na mesma linha, os participantes condenaram pontos considerados inconstitucionais e inaceitáveis no projeto. Um deles é a possibilidade de abate e eutanásia de animais avaliados como nocivos ou em descontrole populacional.

Alice Ribeiro de Sá Lopes, coordenadora do Centro de Triagem da Diretoria de Proteção à Fauna do IEF, destacou a proibição sugerida pelo projeto de reintrodução na natureza dos animais capturados pelos órgãos de fiscalização. Lembrou que a medida se contrapõe à prática usual de devolver a maioria dos animais ao seu *habitat* após a recuperação.

Adriano Pereira Paglia, professor de Ecologia da UFMG, advertiu que o projeto de lei visa permitir aos agricultores a eliminação de espécies que considerarem prejudiciais às suas atividades. De acordo com ele, isso traz o risco de abates descontrolados, que podem comprometer várias espécies.

Adriana Araújo, integrante do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais, alertou que as onças, em risco de extinção, são animais que comumente rondam fazendas. Para ela, o abate desse felino pode trazer incalculável desequilíbrio ao meio ambiente e à existência de outras espécies. Na opinião dela, o controle do crescimento populacional deve observar técnicas de esterilização de fêmeas.

Outro ponto polêmico do projeto diz respeito à possibilidade de se utilizarem cães de caça em unidades de conservação. De acordo com Marcelo Coutinho Amarante, diretor de Fiscalização dos Recursos Faunísticos e Pesqueiros da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, isso pode levar à contaminação aos animais selvagens, que não têm proteção contra doenças como leptospirose ou cinomose.

Para Maria Dalce Ricas, presidente da Associação Mineira de Defesa do Ambiente, o projeto tem por objetivo beneficiar o agronegócio e a indústria de armas. Já Edna Cardozo Dias, presidente da Comissão dos Direitos dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil e do Instituto Abolicionista Animal, afirmou que a proposta é inconstitucional, pois confronta a responsabilidade do poder público de preservar a diversidade biológica do País.

Contrariando os demais presentes, o professor Rômulo Ribon, da Universidade Federal de Viçosa – UFV –, defendeu a caça controlada como forma de manejo. Segundo ele, a prática pode trazer mais recursos para pesquisa e fiscalização.

4.13 – 12ª Reunião Ordinária – 19/10/2017 – ALMG

Objetivo: Debater a saúde única e as políticas públicas para animais.

Os participantes discutiram o investimento do setor público na saúde animal para o enfrentamento das zoonoses no Estado.

Segundo Ana Liz Ferreira Bastos, doutora em Epidemiologia e Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos e diretora de Controle Animal do Município de Itabirito, as zoonoses representam 75% das doenças infectocontagiosas emergentes no mundo. Ela destacou a importância do conceito de saúde única e salientou que doenças que eram consideradas superadas estão retornando porque não há uma política de prevenção. Na opinião da doutora, a saúde única deve envolver o trabalho integrado entre profissionais das áreas de medicina veterinária e humana.

Ela deu detalhes sobre um projeto em Itabirito, que atua no recolhimento seletivo de animais para castração e adoção. Segundo explicou, esse trabalho também envolve o apoio a pessoas acumuladoras que, ao guardar muitos objetos, acabam por atrair ratos e baratas.

A doutora considerou como desafios para que o conceito de saúde única prospere: a aceitação de um sistema social composto por animais não-humanos, a integração de serviços de atenção à família e a elaboração de leis coerentes e com efetiva aplicabilidade.

O deputado Noraldino Júnior destacou o esforço da Comissão de Proteção dos Animais no sentido da conscientização dos gestores públicos municipais para a necessidade de implantação de uma política pública voltada aos animais, em consonância com a política pública de saúde.

4.14 – 1ª Reunião Conjunta com a Comissão de Direitos Humanos – 26/10/2017 – ALMG

Objetivo: Debater o uso das charretes como atrativo turístico em municípios do Estado e a denúncia sobre violência praticada por condutores de charrete contra ativistas de direitos dos animais que se posicionam contra essa prática no Município de Tiradentes.

A reunião gerou controvérsia sobre o uso de veículos de tração animal (charretes) para o transporte de turistas. Os deputados Ivair Nogueira, Fabiano Tolentino e os defensores da utilização das charretes argumentaram que os passeios são atrativos turísticos, fomentam a economia dos municípios e contribuem para a mobilidade urbana. O deputado Ivair Nogueira ressaltou ainda que a prática ocorre no município há 40 anos e é responsável pelo sustento das famílias de 30 charreteiros. Para ele, eventuais desvios, como o tratamento inadequado dos animais, devem ser combatidos com ações de conscientização e fiscalização, e não com o veto aos passeios.

O vice-prefeito de Tiradentes, Luiz Carlos Barbosa, informou que a administração municipal contratou um veterinário para prestar assistência aos charreteiros e está providenciando um espaço onde possam ser instaladas baias para os animais. A ideia é que os cavalos possam descansar e se alimentar no local no intervalo dos passeios.

Contrários a esse entendimento, participantes da reunião afirmaram ser inconcebível que a tradição histórico-cultural sirva de justificativa para maus-tratos aos animais. Segundo eles, a substituição dos cavalos por veículos motorizados traria apenas benefícios às famílias que ganham a vida com o turismo na região.

O deputado Noraldino Júnior, após relatar alguns maus-tratos aos animais que presenciou em visita à cidade, sugeriu à Prefeitura de Tiradentes a adoção de um projeto-piloto no município. O objetivo seria substituir gradativamente os animais por quadriciclos, cuja compra seria financiada com recursos advindos de emenda parlamentar. O deputado ressaltou ainda a preocupação

com o destino dos cavalos, comumente abandonados ou vendidos para locais de abate clandestinos quando não possuem mais condições físicas para o trabalho.

Bárbara Goloubeff, membro do Núcleo de Assistência à Saúde Veterinária da Polícia Militar, relatou não ser incomum encontrar animais desnutridos, doentes e exaustos, porém obrigados a carregar peso. Sobre a tradição dos passeios de charretes nas cidades históricas, ela lembrou que lutas mortais entre gladiadores e outras práticas hoje consideradas absurdas já foram parte importante da cultura de muitas sociedades.

A audiência ainda abordou e rechaçou a agressão sofrida pela protetora dos animais, Luanda Conrado, no município de Tiradentes, devido ao seu posicionamento contrário ao uso de veículos com tração animal.

4.15 – Reunião Especial – Debate Público – 27/11/2017 – ALMG

Objetivo: Debater o descontrole populacional e a proliferação de zoonoses.

Foram apresentados dados de pesquisa do IBGE realizada em 2015, segundo a qual, no Brasil, 44,3% dos domicílios das áreas urbanas e 65% das áreas rurais contam com, pelo menos, um cão, em contraste com o número de crianças, que, nas cidades, não passa de 38,1%.

A médica veterinária e diretora técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, Vânia Plaza Nunes, destacou que os brasileiros convivem, hoje, com 52 milhões de cães e 22 milhões de gatos. Todavia, a médica veterinária especialista em Controle Populacional e Medicina do Coletivo, Flávia Quadros, ponderou que o número de animais no País pode ser muito maior, tendo em vista que a pesquisa do IBGE não contempla os animais abandonados.

Os convidados também denunciaram casos de maus-tratos aos animais e condenaram o extermínio como prática de controle populacional. Defenderam, por outro lado, o controle por meio de práticas humanitárias e mais econômicas.

Durante o evento, foi destacada a necessidade de sensibilização do poder público e de conscientização da sociedade civil sobre a importância da construção de políticas públicas eficazes de respeito ao animal e de controle populacional.

Sobre a questão da leishmaniose, o professor de Imunologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul André Luís Soares da Fonseca alertou que a quantidade de casos aumentou devido à diminuição do número de predadores naturais do mosquito transmissor da doença, como lagartixas e sapos. O professor ressaltou também que o Brasil é responsável por 1% dos casos de leishmaniose visceral do mundo. Ele destacou que a prática de eutanásia dos animais é ineficaz e que os governos deveriam combater os mosquitos e adotar políticas de castração, visto que a leishmaniose é uma doença sexualmente transmissível.

A respeito da esporotricose, Carla Sássi, responsável pelo projeto Quem Ama Castra, em Conselheiro Lafaiete, explicou que a doença é grave e demanda um tratamento demorado, mas que os gatos não devem ser abandonados. Ela recomendou um mapeamento dos casos no município e a castração em massa de felinos nos bairros acometidos.

A promotora Luciana Imaculada de Paula, coordenadora do Grupo Especial de Defesa da Fauna do Ministério Público, enfatizou a importância da Lei nº 21.970, de 2016, que estabelece instrumentos para o controle populacional de cães e gatos. Segundo ela, o Ministério Público tem cobrado das prefeituras o cumprimento da lei. Ela entregou ao presidente da Associação Mineira de Municípios – AMM –, Julvan Rezende Araújo Lacerda, documento contendo diretrizes para que as prefeituras adotem as orientações do órgão.

Julvan Lacerda destacou que alguns municípios adotam práticas inadequadas nessa área devido à falta de recursos. Ele se dispôs a divulgar a proposta do Ministério Público entre os prefeitos através da AMM e destacou a importância da educação nesse processo.

4.16 – Visita – Abrigo Isabela Freitas – 4/7/2018 – Contagem

Objetivo: Conhecer as condições em que vivem os animais e as dificuldades pelas quais passam seus protetores e defensores.

As condições em que vivem os animais do Abrigo Isabela Freitas e as dificuldades pelas quais passam seus protetores e defensores foram tema da visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais em julho de 2018.

A defensora da causa animal Isabela Freitas recebeu o deputado Noraldino Júnior, presidente da Comissão, a quem mostrou as dependências da casa, que tem espaço para cerca de 30 animais, mas atualmente abriga cerca de 120 cachorros, 20 gatos, 5 cavalos e um bode. Ela contou que, atualmente, não resgata mais animais nas ruas por falta de condições e de estrutura para mantê-los. Mesmo assim, pessoas os abandonam na sua porta, e eles acabam sendo acolhidos pelo abrigo.

Isabela esclareceu que mantém a casa precariamente, por meio de doações mensais que variam entre R$3 mil e R$4 mil, e de recursos próprios, que são insuficientes para suprir as necessidades do local. Segundo ela, há carência de material de limpeza, medicamentos e vacinas, além de alimentação para os animais, que demandam cerca de 75 quilos de ração por dia.

Em função dessa situação, a defensora informou que contraiu dívidas com diversas clínicas veterinárias e estabelecimentos que comercializam ração, vacinas e medicamentos. Acrescentou que a situação piorou recentemente porque a Copasa interrompeu o fornecimento de água ao abrigo por inadimplência, cujo valor chega a R$19 mil. Isabela lembrou também que o imóvel necessita de reparos urgentes para oferecer aos animais uma estrutura adequada, que possibilite a eles condições de serem adotados.

A defensora ressaltou também que o odor e os ruídos oriundos do abrigo incomodam os vizinhos, o que gera inimizades e perseguição a ela e ao seu trabalho. Salientou que o serviço ali prestado é de competência do poder público, do qual reivindica providências imediatas.

Durante a visita, o deputado Noraldino Júnior reforçou o seu objetivo de expor as condições pelas quais passa a maioria dos abrigos que acolhem de animais no Estado. Ele estimou que, nessa situação, podem ser encontrados 500 locais apenas em Belo Horizonte e região metropolitana. Segundo o parlamentar, a falta de políticas públicas específicas para os animais é o maior problema nessa área.

O deputado lamentou que os defensores dos animais passem a vida se dedicando a essa causa e, na maioria das vezes, não sejam reconhecidos. Observou ainda que, não raro, quando morre um protetor, os animais sob sua guarda também vão a óbito, por não existir assistência do poder público a esses abrigos particulares improvisados.

No final da visita, o parlamentar se comprometeu a entrar em contato com a Prefeitura de Contagem para solicitar o exame imediato dos animais – a fim de descartar a existência de zoonoses –, e disponibilizá-los para adoção.

4.17 – 1ª Reunião Extraordinária – 5/7/2018 – ALMG

Objetivo: Debater as políticas públicas de proteção animal no Estado e as dificuldades enfrentadas por ativistas e organizações não governamentais de proteção animal.

A 1ª Reunião Extraordinária da Comissão no ano de 2018 foi palco de debate sobre a deficiência ainda existente nas políticas públicas de proteção animal no Estado. Além desse tema, a reunião teve como objetivo fazer um balanço sobre a aplicação das leis aprovadas na Assembleia sobre o assunto, originadas de projetos de lei de autoria do deputado Noraldino Júnior.

Sobre a Lei nº 21.970, de 2016, que dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos, a promotora de justiça e coordenadora estadual de defesa da fauna, Luciana Imaculada de Paula, destacou algumas ações do Ministério Público que ampliaram o conhecimento sobre a norma. Foram realizadas iniciativas de qualificação em 20 municípios da região Centro-Oeste, onde se percebeu a falta não só de dinheiro, como também de *expertise*. Desse trabalho resultou a realização de castração massiva de cães e gatos, implantação de serviço de registro e controle de animais e fiscalização mais adequada de canis.

Acerca da Lei nº 22.231, de 2016, que trata da definição de maus-tratos contra animais no Estado, a promotora de Justiça criticou o decreto que regulamentou a norma, uma vez que suprimiu as infrações administrativas que seriam aplicadas por agentes do Estado quando os animais domésticos fossem as vítimas. Tal informação foi confirmada pelo comandante da 1ª Companhia de Polícia Ambiental, tenente Adenilson Brito, que explicou que a Polícia Militar somente tem competência para crimes contra animais exóticos e apenas encaminha o boletim de ocorrência às prefeituras municipais, que efetivamente têm essa competência de fiscalização. Nesse particular, o deputado ressaltou que está em discussão com o secretário de Estado de Meio Ambiente a modificação do decreto.

Ao longo da discussão, o município de Contagem se destacou por ser o primeiro da Região Metropolitana de Belo Horizonte a colocar em prática as referidas leis, conforme informou o superintendente de Controle Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente de Contagem, Eric Alves Machado. Ele acredita que, além de pessoas capacitadas e vocacionadas para lidar com a questão animal, são necessários equipamentos, infraestrutura e recursos para a efetiva aplicação das normas no Estado.

Átila Torquato, diretor da ONG Ajuda, contou sobre o seu projeto de castração de cerca de 10 mil cães e gatos, que abrangeu 124 municípios do Estado, entre os anos de 2016 e 2017, e que, em 2018, atendeu 8.200 animais.

Outro assunto destacado na reunião diz respeito aos protetores dos animais que têm sofrido com sobrecarga de trabalho, conflitos com vizinhança e familiares, adoecimento físico e mental e perseguição do poder público, conforme alertou Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais.

Por fim, o deputado solicitou à representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária, Ana Liz Bastos, que sensibilize o órgão sobre a importância dos programas móveis de castração, haja vista a vedação pela Secretaria de Estado de Educação da utilização de escolas para castração de animais, por recomendação do conselho, sob o argumento de que haveria risco de contaminação da comunidade por zoonoses.

5 – LEIS APROVADAS E PROJETOS DE LEI APRESENTADOS SOBRE A TEMÁTICA DA PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NO BIÊNIO 2017/2018

– Lei nº 23.050, de 25/7/2018

A norma, resultante da aprovação de projeto de lei de autoria dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior, visa proibir a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimento e teste de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes.

Segundo a lei, são considerados perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal as preparações constituídas por substâncias naturais ou sintéticas de uso externo nas diversas partes do corpo humano, como pele, sistema capilar, unhas, lábios, órgãos genitais externos, dentes e membranas mucosas da cavidade oral, com o objetivo exclusivo ou principal de limpá-las, perfumá-las, alterar sua aparência, alterar odores corporais, protegê-las ou mantê-las em bom estado.

A norma prevê que a ação ou a omissão que implique seu descumprimento sujeitará o infrator às sanções previstas no art. 16 da Lei nº 7.772, de 1980.

– Projeto de Lei nº 5.267/2018

De autoria do deputado Carlos Henrique, a proposição dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de microchip de identificação nos animais de estimação no âmbito do Estado.

Para tanto, o projeto especifica as informações que deverão constar no chip, como nome, raça e *pedigree* do animal e os dados do proprietário. Esclarece ainda que o processo para implantação do microchip é indolor e não prejudica de nenhuma forma o animal.

Situação atual (em 5/12/2018): Aguardando parecer em comissão

Local: Comissão de Constituição e Justiça

– Projeto de Lei nº 5.216/2018

De autoria do deputado Noraldino Júnior, a proposição visa proibir qualquer tipo de modalidade de caça no Estado, por qualquer motivo.

No caso de controle populacional, manejo ou erradicação de espécie declarada nociva ou invasora, o projeto prevê que não poderão ser realizados por pessoas físicas ou jurídicas não governamentais. Além disso, não poderão envolver métodos cruéis, como envenenamento e uso de armadilhas que causem ferimentos ou mutilem os animais.

Situação atual (em 5/12/2018): Aguardando parecer em comissão

Local: Comissão de Constituição e Justiça

– Projeto de Lei nº 5.141/2018

De autoria do deputado Noraldino Júnior, a proposição visa instituir, no âmbito do Estado, o Abril Laranja, dedicado à campanha de prevenção da crueldade contra os animais.

O projeto pretende: estabelecer que no referido mês sejam desenvolvidas ações para alertar e promover debates sobre o tema; dispor sobre as diretrizes para o desenvolvimento de ações integradas, que envolvam a população, órgãos públicos, instituições públicas e privadas; e estimular, sob o ponto de vista social e educacional, a concretização de ações, programas e projetos na área.

Situação atual (em 5/12/2018): Aguardando parecer em comissão

Local: Comissão de Constituição e Justiça

– Projeto de Lei nº 4.951/2018

De autoria do deputado Carlos Henrique, a proposição visa acrescentar parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 22.231, de 20 de junho de 2016, que trata da definição de maus-tratos contra animais no Estado, para proibir a lesão ou a agressão a macaco que lhe cause sofrimento, dano físico ou morte, em função da doença febre amarela.

Situação atual (em 5/12/2018): Aguardando parecer em comissão

Local: Comissão de Constituição e Justiça

– Projeto de Lei nº 4.752/2017

De autoria do deputado Noraldino Júnior, a proposição visa acrescentar parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 22.231, de 20 de junho de 2016, que trata da definição de maus-tratos contra animais no Estado de Minas Gerais, para reconhecer os animais como seres sencientes, sujeitos de direito, que sentem dor e angústia.

O projeto de lei pretende, assim, reconhecer a especificidade e as características dos animais diante de outros seres vivos.

Situação atual (em 5/12/2018): Aguardando parecer em comissão

Local: Comissão de Constituição e Justiça

– Projeto de Lei nº 4.451/2017

De autoria dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior, a proposição dispõe sobre a realização de feiras de adoção de cães e gatos no Estado. Para tanto, visa permitir a realização em áreas pertencentes aos parques públicos estaduais.

O projeto tem o objetivo de reduzir o abandono de animais e dar destinação aos animais abandonados.

Situação atual (em 5/12/2018): Aguardando parecer em comissão

Local: Comissão de Constituição e Justiça

– Projeto de Lei nº 4.391/2017

De autoria do deputado Noraldino Júnior, a proposição visa proibir a comercialização de cães e gatos não esterilizados no Estado. Dessa forma, projeto de lei busca reduzir o número de animais abandonados e em situação de rua.

Situação atual (em 5/12/2018): Aguardando parecer em comissão

Local: Comissão de Constituição e Justiça

– Projeto de Lei nº 4.258/2017

De autoria do deputado Antonio Lerin, a proposição visa alterar a Lei nº 22.231, de 2016, que trata da definição de maus-tratos contra animais no Estado. Pretende alterar o inciso III, do art. 1º, para fazer constar no rol de maus-tratos o abandono de animal sujeito a sua guarda ou o fato de deixá-lo à sua mercê em qualquer recinto, público ou privado, artificial ou natural, com a finalidade de se eximir das responsabilidades inerentes ao dever de guarda.

O projeto de lei ainda pretende acrescentar aos maus-tratos o abandono de animal domesticado ou criado em cativeiro, ainda que em posse precária, quando despreparado para se alimentar de maneira adequada; o treinamento de animal para desenvolver comportamento agressivo contra sua própria espécie ou outra; a alimentação à força do animal, exceto em benefício de sua própria saúde; o manuseio de alimentação inadequada ou com substâncias impróprias; o uso de dispositivo para aplicação de descargas elétricas para impedir seus movimentos ou forçá-lo a se movimentar, causando dor, sofrimento ou dano.

Situação atual (em 5/12/2018): Aguardando parecer em comissão

Local: Comissão de Constituição e Justiça

– Projeto de Lei nº 4.195/2017

De autoria do deputado Fred Costa, a proposição visa acrescentar dispositivo à Lei nº 22.231, de 2016, que dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Estado, para prever que as clínicas, consultórios ou hospitais veterinários e os *petshops*, ao detectarem indícios de maus-tratos nos animais atendidos, deverão comunicar o fato imediatamente à Delegacia de Polícia Civil competente, bem como aos órgãos de fiscalização ambiental federal, estadual e municipais.

A essa proposição foi anexado o Projeto de Lei nº 5.202, de 2018, de autoria do mesmo deputado, que apresenta termos semelhantes aos do projeto principal.

Situação atual (em 5/12/2018): Aguardando parecer em comissão

Local: Comissão de Constituição e Justiça

– Projeto de Lei nº 4.037/2017

De autoria do deputado Noraldino Júnior, a proposição visa autorizar a entrada e a permanência de animais domésticos em repartições públicas estaduais. O objetivo é a socialização do animal e a diminuição da Síndrome de Ansiedade de Separação, que é uma reação comportamental inadequada em resposta ao estresse sentido pelo animal diante da separação de uma pessoa com quem ele mantém contato estreito.

Situação atual (em 5/12/2018): Aguardando parecer em comissão

Local: Comissão de Constituição e Justiça

6 – RECOMENDAÇÕES

A Comissão de Proteção dos Animais, tendo em vista as experiências acumuladas no biênio 2017/2018 e a prospecção de temas relevantes para a causa animal no Estado e no País, recomenda para as próximas sessões legislativas da ALMG, as seguintes ações:

a) Estimular a promoção da educação humanitária no trato com os animais.

b) Aprofundar a discussão quanto à implementação da política de controle populacional de cães e gatos, instituída pela Lei nº 21.970, de 2016.

c) Debater a regularização, a normatização e a fiscalização dos criadouros privados de animais e das chamadas fábricas clandestinas de filhotes.

d) Fiscalizar instalações públicas e privadas de albergagem de animais.

e) Debater formas de apoio ao ativismo de proteção de animais praticado por organizações não governamentais – ONGs – e protetores independentes.

f) Discutir a implantação de atendimento hospitalar veterinário público no Estado, suas fontes de financiamento e sua operacionalidade.

g) Monitorar a situação de animais de trabalho no meio urbano no Estado e discutir formas de sua substituição, inclusive alternativas tecnológicas.

h) Fiscalizar o funcionamento dos Centros de Triagem de Animais Silvestres – Cetas – no Estado.

i) Debater a comercialização de animais vivos no Mercado Central de Belo Horizonte.

j) Discutir políticas públicas de promoção da tutela responsável e da adoção consciente.

k) Monitorar a situação dos animais afetados pelo rompimento das barragens da Samarco S. A., em 5/11/2015.

l) Monitorar a situação do uso de animais em pesquisa, experimentação e ensino no Estado.

m) Monitorar o cumprimento da norma estadual que proíbe o uso de animais para teste de cosméticos produzidos no Estado e fiscalização dessa prática.

n) Debater as estratégias de controle da leishmaniose visceral e de outras zoonoses, a eficácia dos procedimentos adotados e a aplicação de métodos alternativos que preservem vidas animais.

7 – AGRADECIMENTOS

A Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais agradece a todas as pessoas, autoridades, órgãos, entidades e instituições, listados no Anexo III, que participaram de suas audiências públicas, reuniões e visitas, para as quais contribuíram com reflexões, críticas e sugestões que tornaram possível o desenvolvimento de seus trabalhos nos anos de 2017 e 2018 e a elaboração deste relatório.

Agradece ainda a colaboração dos outros parlamentares que comungaram esforços para que esta comissão alcançasse seus objetivos e, em especial, o apoio da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na pessoa do presidente do Parlamento mineiro, deputado Adalclever Lopes.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2018.

Noraldino Júnior, presidente e relator.

8 – ASSESSORIA TÉCNICA

Consultores:

Antônio Alves de Brito

Patricia Marchetti Vitelli

Revisão de Texto:

Marise Martorano Ferreira

Apoio:

Giulia Izabelle Rodrigues Oliveira, estagiária do curso Gestão Pública da UFMG

Nadiele Cordeiro, estagiária do curso de Engenharia Ambiental do Centro Universitário Newton Paiva

Priscila Avelino Ferreira, estagiária do curso de Gestão Pública da UFMG

Gerência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Ana Carolina Pinheiro Euclydes

Gerência-Geral de Consultoria Temática:

Júlio Cadaval Bedê

Assessoria da Comissão:

Ana Cristina Erthal Rodrigues

9 – ANEXOS

ANEXO I – REGISTROS DE VISITAS

– VISITA – CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES DE MONTES CLAROS/MG – 18/8/2017

Finalidade: Averiguar o estado de saúde dos animais ali abrigados, a infraestrutura do local, o modo como são descartados os animais mortos, os exames realizados para diagnosticar leishmaniose canina e qual o procedimento adotado em relação aos cães que são diagnosticados com essa doença.

Presentes:

Deputado Noraldino Júnior (presidente da Comissão)

Soter Magno Carmo (vereador de Montes Claros)

Aline de Jesus Matos (presidente da Associação Justo Olhar)

Aloízio Pereira Cunha (diretor de Vigilância em Saúde da Prefeitura Municipal de Montes Claros)

Marília Fonseca Rocha (médica veterinária do Centro de Controle de Zoonoses)

Joel Fontes (médico veterinário do Centro de Controle de Zoonoses)

Flamarion Cardoso Gualberto (coordenador de Saneamento e Controle do Centro de Controle de Zoonoses)

– VISITA – ABRIGO ISABELA FREITAS – CONTAGEM/MG – 4/7/2018

Finalidade: Conhecer as condições em que vivem os animais e as dificuldades pelas quais passam os protetores e defensores dos animais do Abrigo Isabela Freitas.

Presentes:

Deputado Noraldino Júnior (presidente da Comissão)

Isabela Freitas (proprietária do abrigo)

ANEXO II – REQUERIMENTOS APROVADOS – 2017/2018

Nº	Proposição	Data	Autoria	Ementa
1	RQC 8.328, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Subsecretaria de Vigilância e Proteção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que a Associação Sabarense Protetora dos Animais – Aspan –, localizada no Município de Sabará, seja autorizada a manter as atividades de recolhimento, tratamento e castração de animais de rua, tendo em vista que esse município não possui canil, o que deixa os animais de rua desassistidos.
2	RQC 8.329, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil do Estado pedido de providências para que a Sra. Andréa Pochmann seja reconduzida ao cargo de delegada da Delegacia Especializada de Investigação de Crimes contra a Fauna de Minas Gerais.
3	RQC 8.330, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requerem seja encaminhado à Polícia Civil do Estado pedido de providências para que apure o fato relatado pela Sra. Cátia Lacerda, protetora de animais, na 1ª Reunião Ordinária, de proibição de uma cachorra de utilizar o elevador social do Edifício Juscelino Kubitscheck, localizado em Belo Horizonte.
4	RQC 8.331, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública para debater as condições de infraestrutura, trato e manejo dos animais dos zoológicos situados no Estado.
5	RQC 8.332, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública para debater o aumento significativo dos casos de leishmaniose visceral e cutânea no Estado, bem como para discutir políticas públicas direcionadas à diminuição da incidência dessa doença em cães de rua dos municípios mineiros.
6	RQC 8.333, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior Deputado Fred Costa	Requerem seja realizada visita ao Ministério Público em Caratinga para discutir, em caráter de urgência, a ação de despejo movida pela prefeitura municipal contra a Associação Protetora dos Animais de Sapucaia – Latemia.
7	RQC 8.334, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior Deputado Fred Costa	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Caratinga para debater, em caráter de urgência, a ação de despejo movida pela prefeitura municipal contra a Associação Protetora dos Animais de Sapucaia – Latemia.
8	RQC 8.335, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior Deputado Fred Costa	Requerem seja realizada visita à Prefeitura de Caratinga para discutir, em caráter de urgência, a ação de despejo movida pela prefeitura municipal contra a Associação Protetora dos Animais de Sapucaia – Latemia –, localizada nesse município.
9	RQC 8.336, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior Deputado Fred Costa	Requerem seja realizada visita à Associação Protetora dos Animais de Sapucaia – Latemia –, localizada em Caratinga, para conhecer a estrutura física, as condições de salubridade e o abrigo dos animais ali mantidos.
10	RQC 8.337, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior Deputado Fred Costa	Requerem seja encaminhado ao prefeito de São Domingos do Prata pedido de informações sobre a não implementação do Centro de Controle de Zoonoses nesse município.
11	RQC 8.338, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior Deputado Fred Costa	Requerem seja realizada visita ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, em Belo Horizonte, para analisar e debater medidas em prol do bem-estar dos animais silvestres nesse município.
12	RQC 8.339, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior Deputado Fred Costa	Requerem seja realizada audiência pública para debater a criação de um hospital público veterinário em Minas Gerais.
13	RQC 8.340, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior Deputado Fred Costa	Requerem seja encaminhado ao prefeito de Belo Horizonte pedido de informações sobre o número de cães considerados soropositivos para leishmaniose visceral e eutanasiados pela prefeitura, no período de 2011 a 2016, em cada regional, e o tipo de exame utilizado para o diagnóstico.
14	RQC 8.341, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior Deputado Fred Costa	Requerem seja encaminhado ao presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária pedido de informações sobre a reavaliação toxicológica de ingredientes ativos de agrotóxicos prevista na Consulta Pública da Anvisa nº 313, de 23/2/2017, e sobre as disposições relativas aos testes a serem realizados em animais in vivo.
15	RQC 8.342, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior Deputado Fred Costa	Requerem seja realizada audiência pública para debater o sacrifício de equinos, no Estado, sem exames conclusivos para mormo, doença infectocontagiosa dos equídeos.
16	RQC 8.343, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior Deputado Fred Costa	Requerem seja realizada audiência pública para debater as políticas públicas de proteção dos animais desenvolvidas em Belo Horizonte e a criação da Comissão de Defesa dos Animais, instituída pelo art. 6º do Decreto nº 16.431, de 2016.

Nº	Proposição	Data	Autoria	Ementa
17	RQC 8.344, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior Deputado Fred Costa	Requerem seja encaminhado ao prefeito de Belo Horizonte pedido de informações sobre a fiscalização dos condutores de veículos de tração animal – VTA –, tendo em vista o disposto no Decreto nº 16.270, de 2016, que regulamenta a Lei nº 10.119, de 2011, e os reincidentes crimes de maus-tratos e abandono cometidos por condutores nesse município.
18	RQC 8.345, de 2017	18/05/2017	Deputado Noraldino Júnior Deputado Fred Costa	Requerem seja realizada audiência pública para debater a utilização dos espaços destinados à coleta de resíduos sólidos nas unidades de recebimento de pequenos volumes – URPVs – da Prefeitura de Belo Horizonte, onde é frequente o trânsito de carroças.
19	RQC 8.443, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada visita à 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caratinga com a finalidade de discutir o descumprimento do termo de ajustamento de conduta firmado entre o Ministério Público e esse município.
20	RQC 8.444, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte – FZB – pedido de providências para a imediata retirada da barra de contenção de ferro fixada na saída da área de tratamento dos elefantes do Zoológico de Belo Horizonte, que obriga os animais a se arrastarem para sair.
21	RQC 8.445, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Três Marias para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nos municípios da Regional Central do Estado.
22	RQC 8.446, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Conselheiro Lafaiete para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nos municípios da Regional Vertentes do Estado.
23	RQC 8.447, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Araxá para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nos municípios da Regional Triângulo Sul do Estado.
24	RQC 8.448, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Passos para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nos municípios da Regional Sudoeste do Estado.
25	RQC 8.449, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Paracatu para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nos municípios da Regional Noroeste do Estado.
26	RQC 8.450, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Araçuaí para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nos municípios da Regional Médio e Baixo Jequitinhonha do Estado.
27	RQC 8.451, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência de convidados para debater o direito dos animais.
28	RQC 8.452, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Manhuaçu para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nos municípios da Regional Caparaó do Estado.
29	RQC 8.453, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado pedido de providências à 9ª Promotoria de Justiça em Congonhal para que realize fiscalização no evento Festa do Peão Congonhal 2017, que ocorrerá entre os dias 8 e 11/6/2017, com a finalidade de verificar se o evento está sendo realizado com a observância das normas que regulamentam rodeios, exposições e similares e da legislação ambiental, no que tange à proteção e ao bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
30	RQC 8.454, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Governador Valadares para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nos municípios da Regional Vale do Rio Doce do Estado.
31	RQC 8.455, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 7ª Promotoria de Justiça de Montes Claros pedido de providências para que realize fiscalização no evento Expomontes, que ocorrerá entre os dias 30/6 e 9/7/2017, para que seja verificado se o evento está sendo realizado com a observância das normas que regulamentam rodeios, exposições e similares e a legislação ambiental, no que tange à proteção e ao bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
32	RQC 8.456, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado pedido de providências à Promotoria de Justiça em Extrema para que realize fiscalização no evento Rodeio de Extrema, que ocorrerá entre os dias 14 e 18/6/2017, a fim de que seja verificado se o evento está sendo realizado com a observância das normas que regulamentam rodeios, exposições e similares e a legislação ambiental, no que tange à proteção e ao bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
33	RQC 8.457, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Teófilo Otôni para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nos municípios da Regional Mucuri do Estado.

Nº	Proposição	Data	Autoria	Ementa
34	RQC 8.458, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada reunião com convidados para debater o conflito com a fauna silvestre urbana.
35	RQC 8.459, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Divinópolis para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nos municípios da Regional Oeste do Estado.
36	RQC 8.460, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 4ª Promotoria de Justiça de Formiga pedido de providências para que realize fiscalização no evento 21ª Expô Pimenta, que ocorrerá entre os dias 29/6 e 2/7/2017, para que seja verificado se o evento está sendo realizado com a observância das normas que regulamentam rodeios, exposições e similares e a legislação ambiental, no que tange à proteção e ao bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
37	RQC 8.461, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Uberlândia para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nos municípios da Regional Triângulo Norte do Estado
38	RQC 8.462, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada reunião com convidados para debater o manejo ético da fauna urbana.
39	RQC 8.463, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 1ª Promotoria de Justiça em Lagoa da Prata pedido de providências para que realize fiscalização no evento Expô Lagoa, que ocorrerá entre os dias 14 e 18/6/2017, a fim de que seja verificado se o evento está sendo realizado com observância das normas que regulamentam rodeios, exposições e similares e a legislação ambiental, no que tange à proteção e ao bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
40	RQC 8.464, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Diamantina para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nos municípios da Regional Alto Jequitinhonha do Estado.
41	RQC 8.465, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Montes Claros para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nos municípios da Regional Norte do Estado.
42	RQC 8.466, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça de Bambuí pedido de providências para que realize fiscalização no evento 47ª Expô Bambuí, que ocorrerá entre os dias 5 e 9/7/2017, para verificar se o evento está sendo realizado com a observância das normas que regulamentam rodeios, exposições e similares e da legislação ambiental, no que tange à proteção e ao bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
43	RQC 8.467, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça do Município de Luz pedido de providências para que realize fiscalização no evento 74ª Expoluz, que ocorrerá entre os dias 28/6 e 2/7/2017, com a finalidade de verificar se o evento obedece às normas que regulamentam rodeios, exposições e similares e a legislação ambiental, no que se refere à proteção e ao bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
44	RQC 8.468, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada reunião com convidados para debater formas e metodologias eficazes de conscientização sobre proteção animal.
45	RQC 8.469, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Juiz de Fora para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nas cidades da Regional Mata do Estado.
46	RQC 8.470, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para a criação de um plano estratégico de educação humanitária com foco na saúde, no combate aos maus tratos, no manejo ético e na tutela responsável de animais no Estado.
47	RQC 8.471, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça em Alvinópolis pedido de providências para que se realize uma fiscalização no evento XXXVI Expoal, que ocorrerá entre os dias 19 e 22/7/2017, a fim de que seja verificado se o evento em questão está sendo realizado com observância das normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares e da legislação ambiental no que tange à proteção e ao bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
48	RQC 8.472, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 1ª Promotoria de Justiça em Frutal pedido de providências para que realize fiscalização no evento 46ª Expo Frutal que ocorrerá entre os dias 5 e 9/7/2017, para verificar se o evento em questão está sendo realizado com a observância das normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares e da legislação ambiental no que tange à proteção e ao bem-estar dos animais, destacando-se a Lei n° 22.231, de 2016.

Nº	Proposição	Data	Autoria	Ementa
49	RQC 8.473, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao Ministério Público Federal em Goiânia (GO) pedido de providências para averiguar o abate de um cavalo pela Polícia Rodoviária Federal no Estado de Goiás.
50	RQC 8.474, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações consubstanciado na relação dos zoológicos que estão em funcionamento no Estado e em relatórios acerca das condições das estruturas dos estabelecimentos e dos animais neles alojados.
51	RQC 8.475, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 2 ª Promotoria de Justiça em Piumhi pedido de providências para que se realize uma fiscalização no evento Expo Piumhi, que ocorrerá entre os dias 20 e 23/7/2017, a fim de que seja verificado se o evento em questão está sendo realizado com observância das normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares e da legislação ambiental no que tange à proteção e ao bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
52	RQC 8.476, de 2017	25/05/2017	Deputado Fred Costa	Requer seja realizada audiência pública para debater a situação em que se encontram os animais da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte.
53	RQC 8.477, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada reunião com convidados para debater formas eficazes de fiscalização de maus tratos por agentes públicos e a aplicabilidade da Lei nº 22.231, de 2016.
54	RQC 8.478, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 1ª Promotoria de Justiça em Patrocínio pedido de providências para que realize fiscalização no evento 46ª ExpoFrutal que ocorrerá entre os dias 5 e 9/7/2017 para verificar se o evento em questão está sendo realizado com a observância das normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares e da legislação ambiental no que tange à proteção e ao bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
55	RQC 8.479, de 2017	25/05/2017	Deputado Fred Costa	Requer seja realizada visita à Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte para verificar as condições a que estão submetidos os animais, bem como seus recintos, estrutura física e condições de manutenção.
56	RQC 8.480, de 2017	25/05/2017	Deputado Fred Costa	Requer seja realizada reunião com convidados para debater a educação ambiental humanitária e o bem-estar animal.
57	RQC 8.482, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada reunião com convidados para debater as formas de conscientização para tutela responsável de animais no Estado.
58	RQC 8.483, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 3ª Promotoria de Justiça em Guaxupé pedido de providências para que realize fiscalização no evento Guaxupé Expoagro que ocorrerá entre os dias 7 e 16/7/2017 para verificar se o evento em questão está sendo realizado com a observância das normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares e da legislação ambiental no que tange à proteção e ao bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
59	RQC 8.484, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Ipatinga para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nas cidades da Regional Vale do Aço do Estado.
60	RQC 8.485, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça de Tupaciguara pedido de providências para que realize fiscalização do evento 35ª Expocapitu que ocorrerá entre os dias 31/5/2017 e 4/6/2017, com a finalidade de verificar se a produção desse evento atenderá às normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares e à legislação ambiental relativa à proteção e ao bem-estar animal, principalmente a Lei nº 22.231, de 2016.
61	RQC 8.486, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça em Dores do Indaiá pedido de providências para que realize fiscalização no evento ExpoDores 52 anos que ocorrerá entre os dias 12 e16/7/2017 para verificar se o evento em questão está sendo realizado com a observância das normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares e da legislação ambiental no que tange à proteção e ao bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
62	RQC 8.487, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Montes Claros pedido de providências para verificar o cumprimento da Lei nº 21.970, de 2016, nesse município, diante das denúncias de que cães sadios estariam sofrendo eutanásia no Centro de Controle de Zoonoses sob alegação de serem portadores de leishmaniose, bem como para apurar a denúncia de descarte irregular dos cadáveres dos animais, uma vez que os corpos estariam sendo deixados em um lixão clandestino do município.
63	RQC 8.488, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Belo Horizonte para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nas cidades da Regional Metropolitana do Estado.

Nº	Proposição	Data	Autoria	Ementa
64	RQC 8.489, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública para debater as condições precárias dos canis e dos centros de controle de zoonoses dos municípios mineiros.
65	RQC 8.490, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao 11º Departamento de Polícia Civil em Montes Claros pedido de providências para averiguar a denúncia de que cães sadios estariam sofrendo eutanásia no Centro de Controle de Zoonoses, sob alegação de serem portadores de leishmaniose, e a denúncia de descarte irregular dos cadáveres dos animais, uma vez que os corpos estariam sendo deixados em um lixão clandestino do município.
66	RQC 8.491, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Coordenadoria Regional da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente do Alto Rio São Francisco, em Divinópolis, pedido de providências para que realize fiscalização no evento Divinaexpo, que ocorrerá entre os dias 25/5/2017 e 4/6/2017 para verificar se o evento em questão está sendo realizado com a observância das normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares e da legislação ambiental no que tange à proteção e ao bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
67	RQC 8.492, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada visita ao Centro de Controle de Zoonoses no Município de Montes Claros, para averiguar o estado de saúde dos animais ali abrigados, a infraestrutura do local, o modo como são descartados os animais mortos, os exames realizados para diagnosticar leishmaniose canina e qual o procedimento adotado em relação aos cães que são diagnosticados com essa doença.
68	RQC 8.493, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública no Município de Varginha para debater a implementação de políticas públicas de proteção animal nas cidades da Regional Sul do Estado.
69	RQC 8.494, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 1ª Promotoria de Justiça em Mariana pedido de providências para que fiscalize o cumprimento do contrato existente entre a Prefeitura Municipal e a empresa Prestação de Serviços de Canil – PSC –, responsável pelo recolhimento e pelo acolhimento de cães e gatos de rua, a qual, conforme denúncia, não está prestando o serviço.
70	RQC 8.495, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de providências para aumentar, nos meses de junho a agosto, a fiscalização do cumprimento da Lei nº 13.605, de 2000, que dispõe sobre a realização de rodeios, devido à maior incidência desses eventos nesse período.
71	RQC 8.496, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça em Carmópolis de Minas pedido de providências para que se realize fiscalização no evento Rodeio de Carmópolis, que ocorrerá entre os dias 25 e 27/6/2017, a fim de que seja verificado se o evento em questão está sendo realizado com observância das normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares, bem como se está em consonância com a legislação ambiental no que tange à proteção e ao bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
72	RQC 8.497, de 2017	25/05/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 3ª Promotoria de Justiça em Janaúba pedido de providências para que se realize fiscalização no evento 36ª ExpoJanaúba, que ocorrerá entre os dias 2 e 11/6/2017, a fim de que seja verificado se o evento em questão está sendo realizado com observância das normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares, bem como se está em consonância com a legislação ambiental no que tange à proteção e ao bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
73	RQC 8.557, de 2017	01/06/2017	Deputado Noraldino Júnior Deputado Fred Costa	Requer seja realizada visita à Prefeitura de Caratinga para tratar do descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o MPMG e o Município de Caratinga, em março de 2016, no qual a prefeitura comprometeu-se, dentre outras obrigações, a providenciar local adequado à guarda, manutenção e preservação dos animais de rua até o efetivo funcionamento do Centro de Controle de Zoonoses da cidade e não o fez.
74	RQC 8.558, de 2017	01/06/2017	Deputado Fred Costa	Requer seja encaminhado ao prefeito de Belo Horizonte pedido de informações sobre a remoção dos gatos do Parque Municipal Américo Renné Giannetti.
75	RQC 8.559, de 2017	01/06/2017	Deputado Fred Costa	Requer seja realizada audiência pública para debater sobre a remoção dos gatos do Parque Municipal Américo Renné Giannetti pela Prefeitura de Belo Horizonte.
76	RQC 8.560, de 2017	01/06/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública para debater o aumento dos casos de Esporotricose em Belo Horizonte e sua relação com os animais do Parque Municipal Renné Giannetti.
77	RQC 8.561, de 2017	01/06/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência de convidados para debater a Esporotricose, zoonose causada por fungos e que tem gatos como hospedeiros, podendo levá-los à morte.
78	RQC 8.562, de 2017	01/06/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Contagem pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para apurar o crime de maus-tratos contra 8 cães do Abrigo Isabela Freitas, localizado no Bairro Pedra Azul, que foram envenenados na madrugada do dia 28/5/2017 o que culminou em sua morte.

Nº	Proposição	Data	Autoria	Ementa
79	RQC 8.563, de 2017	01/06/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 1ª Promotoria de Justiça de Ubá pedido de providências para que verifique o cumprimento da Lei nº21.970, de 2016 no Município diante das denúncias de que o canil encontra-se em condições precárias para receber os animais resgatados das ruas. Segundo o relato de protetores de animais da cidade, o local encontra-se lotado, sem os insumos necessários para sua manutenção, além da falta de profissionais especializados para cuidar dos animais.
80	RQC 9.110/2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Divinópolis pedido de informações consubstanciado em quais os exames, a metodologia e as ações a serem adotadas pelo serviço de zoonoses do município no tocante aos exames para leishmaniose em cães a serem realizados no bairro em que foi constatado um caso dessa doença em humano.
81	RQC 9.111, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 4ª Promotoria de Justiça de Ouro Preto pedido de providências para garantir o cumprimento das leis de proteção animal no Centro de Controle de Zoonoses de Ouro Preto.
82	RQC 9.112, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado a Secretaria Municipal de Saúde em Divinópolis pedido de informações sobre a veracidade das denúncias de que o Centro de Controle de Zoonoses da cidade não realizará cirurgia de castração de animais no mês de junho devido à falta de medicamento e, em caso afirmativo, sobre o motivo dessa carência.
83	RQC 9.113, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil em Contagem pedido de providências para que seja instaurado um inquérito policial para apurar o atropelamento, ocorrido em 26/5/2017, do Chileno, um cão comunitário que era cuidado por funcionários do depósito do Supermercado BH, localizado no Bairro Nacional, em Contagem.
84	RQC 9.114, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao 10º Departamento de Polícia Civil em Patos de Minas pedido de providências para instaurar inquérito policial para apurar a ocorrência de crime de maus-tratos contra um cavalo em Patos de Minas, no dia 7/6/2017.
85	RQC 9.115, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça Única em Prata pedido de providências para realizar fiscalização no evento ExpoPrata, que ocorrerá entre os dias 2 a 6 de agosto de 2017, a fim de que seja verificado se o evento em questão está sendo realizado com observância às normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares, bem como se está em consonância com a legislação ambiental no que tange à proteção e bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
86	RQC 9.116, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 1ª Promotoria de Justiça em Ouro Fino pedido de providências para realizar fiscalização no evento Ouro Fino Rodeio Festival, que ocorrerá entre os dias 10 a 13 de agosto de 2017, a fim de que seja verificado se o evento em questão está sendo realizado com observância às normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares, bem como se está em consonância com a legislação ambiental no que tange à proteção e bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
87	RQC 9.117, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça Única em Camanducaia pedido de providências para realizar fiscalização no evento Camanducaia Country Fest, que ocorrerá entre os dias 17 a 19 de agosto de 2017, a fim de que seja verificado se o evento em questão está sendo realizado com observância às normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares, bem como se está em consonância com a legislação ambiental no que tange à proteção e bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
88	RQC 9.118, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 1ª Promotoria de Justiça em Nova Lima pedido de providências para realizar fiscalização no evento Festa do Cavalo em Nova Lima, que ocorrerá entre os dias 20 a 23 de julho de 2017, a fim de que seja verificado se o evento em questão está sendo realizado com observância às normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares, bem como se está em consonância com a legislação ambiental no que tange à proteção e bem-estar dos animais, destacando-se a Lei nº 22.231, de 2016.
89	RQC 9.119, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça Única em Turmalina pedido de providências para realizar uma fiscalização no evento Festa do Peão de Turmalina, que ocorrerá entre os dias 18 a 20 de agosto de 2017, a fim de que seja verificado se o evento em questão está sendo realizado com observância às normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares, bem como se está em consonância com a legislação ambiental no que tange à proteção e bem-estar dos animais, destacando-se a Lei Estadual nº 22.231, de 2016.
90	RQC 9.120, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja formulada manifestação de repúdio a Wellington Arantes Muniz Carvalho pela declaração feita no dia 20/6/2017, durante uma sessão plenária da Câmara Municipal de Ituiutaba em que se discutia a situação dos animais de rua da cidade.
91	RQC 9.121, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao desembargador Wander Marota, do TJMG, voto de congratulações pela decisão que proibiu a realização da vaquejada no Município de Governador Valadares, evidenciando a sua sensibilidade, respeito e conhecimento sobre a senciência animal.

Nº	Proposição	Data	Autoria	Ementa
92	RQC 9.122, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhada manifestação de repúdio à palestra apresentada pelos Srs. Luciano Elo e Michael Lise na reunião conjunta das Câmaras Técnicas de Epidemiologia em Saúde Ambiental, em 9 de março de 2017, na qual apresentam-se como problemas o fato de os veterinários se negarem a fazer a eutanásia em animais com doenças tratáveis e as entidades de produção animal pressionarem o poder público a tratar os animais doentes.
93	RQC 9.123, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com o objetivo de incluir a esporotricose à lista de notificação compulsória do Estado.
94	RQC 9.124, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 4ª Promotoria de Justiça em Campo Belo pedido de providências para que seja apurada a denúncia de que funcionários da Prefeitura Municipal teriam abandonado, aproximadamente, 30 animais que estavam sob tutela do poder público municipal no dia 1º/7/2017.
95	RQC 9.125, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada reunião com convidados para debater os impactos e desafios dos programas de controle populacional ético de cães e gatos.
96	RQC 9.126, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada reunião com convidados para debater a contribuição da Terapia Assistida por Animais para a proteção animal.
97	RQC 9.127, de 2017	06/07/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Contagem pedido de providências para que realize fiscalização na Feira de Artesanato do Bairro Eldorado a fim de verificar a condição dos animais que estão sendo vendidos no local, diante de denúncias de que os animais ficam mal acondicionados, expostos ao sol, além de ficarem sem água e ração durante horas.
98	RQC 9.288, de 2017	03/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao Ministério da Educação pedido de providências para a inclusão, na grade curricular de medicina veterinária, como disciplinas obrigatórias, medicina veterinária do coletivo e bem-estar animal.
99	RQC 9.289, de 2017	03/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência de convidados para debater os aspectos quantitativos mais relevantes das políticas públicas de controle populacional de cães e gatos.
100	RQC 9.290, de 2017	03/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil em Contagem pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para apurar o crime de maus-tratos contra dois cachorros, ocorrido em 6/7/2017, no Bairro do Cabral, em Contagem.
101	RQC 9.291, de 2017	03/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao delegado-chefe do 5º Departamento de Polícia Civil em Uberaba pedido de informações consubstanciado no inquérito instaurado e em outros documentos relativos ao envenenamento de, aproximadamente, 70 animais, ocorrido no Município de Água Comprida, na madrugada de 1º de agosto de 2017.
102	RQC 9.292, de 2017	03/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para debater denúncia recebida nessa comissão de violência praticada por condutores de charretes contra ativistas de direitos dos animais em Tiradentes, no final do mês de julho de 2017.
103	RQC 9.293, de 2017	03/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 11ª Promotoria de Justiça em Araçuaí pedido de providências para apuração da informação de que um policial teria efetuado disparos contra um cavalo, em 23 de julho de 2017, no Município de Coronel Murta.
104	RQC 9.294, de 2017	03/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça Única em Camanducaia pedido de providências para que se verifique o cumprimento da Lei nº 21.970, de 2016, diante das denúncias de que o canil municipal se encontra sem condições de receber animais resgatados na rua no que diz respeito à disponibilidade de vagas, insumos e profissionais para atendimento especializado.
105	RQC 9.295, de 2017	03/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 11ª Promotoria de Justiça em Uberaba pedido de providências para acompanhamento da situação e verificação de possível ocorrência de maus-tratos contra os gatos comunitários que residem na Escola Estadual Professora Corina de Oliveira.
106	RQC 9.296, de 2017	03/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 3ª Promotoria de Justiça em Leopoldina pedido de providências para verificação de possível ocorrência de maus-tratos no canil municipal.
107	RQC 9.297, de 2017	03/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência de convidados para debater a leishmaniose animal.
108	RQC 9.312, de 2017	31/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao Instituto de Arquitetos do Brasil em Minas Gerais e ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/MG – pedido de providências para que instruam seus associados para que não utilizem vidros e estruturas espelhadas em seus projetos com o intuito de se evitar a colisão de aves.

Nº	Proposição	Data	Autoria	Ementa
109	RQC 9.313, de 2017	31/08/2017	Deputado Noraldino Júnior Deputado Geraldo Pimenta	Requerem seja formulado voto de congratulações com a presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – Ibama – pelo lançamento do informe técnico Gestão de Conflitos com Animais Silvestres em Centros Urbanos, elaborado pela equipe do superintendente Marcelo Belisário Campos.
110	RQC 9.314, de 2017	31/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 6.268/2016, que trata da regulamentação do manejo e do controle da caça de animais silvestres.
111	RQC 9.315, de 2017	31/08/2017	Deputado Antônio Jorge	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Segurança Pública pedido de informações sobre as ações e medidas tomadas pelos órgãos vinculados a essa pasta no que tange ao episódio do policial militar que atirou em um cavalo no Município de Coronel Murta.
112	RQC 9.408, de 2017	31/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância da castração pediátrica de animais domésticos.
113	RQC 9.438, de 2017	31/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para debater a relação da saúde e da causa animal com a saúde pública.
114	RQC 9.439, de 2017	31/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que se ampliem os centros municipais de castração de animais, expandindo-se a oferta do serviço para todas as regionais.
115	RQC 9.440, de 2017	31/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública para debater o uso das charretes como atrativo turístico no em Tiradentes e a violência praticada contra ativistas protetores dos animais por condutores de charretes.
116	RQC 9.566, de 2017	31/08/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer a V. Exa. seja realizada reunião com convidados da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater a saúde única e as políticas públicas para animais.
117	RQC 9.658, de 2017	31/08/2017	Deputado Fred Costa	Requer seja realizada audiência pública no Município de Ouro Branco para debater as políticas públicas de controle populacional de cães e gatos e a conscientização sobre a guarda responsável de animais domésticos descrita na Lei nº 21.970, de 2016.
118	RQC 9.762, de 2017	21/09/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Betim pedido de providências para a realização de campanhas que visem à coibição do comércio ilegal de animais em Betim.
119	RQC 9.763, de 2017	21/09/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à 8ª Promotoria De Justiça em Betim pedido de providências para a verificação da situação dos animais que são comercializados na Praça da Ceabe e no mercado da região, no centro de Betim.
120	RQC 9.803, de 2017	21/09/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Delegacia Regional de Polícia Civil em Ibirité pedido de providências para que seja instaurado um inquérito policial para investigar um caso de maus-tratos ocorrido na rua Bugarim, 635, bairro Jardim das Rosas, Ibirité, no dia 03/09/2017. Segundo informações de testemunhas, um homem foi flagrado abusando sexualmente de um cachorro de rua. Em razão das agressões, o animal ficou com ferimentos graves na região genital e precisou ser resgatado às pressas.
121	RQC 9.804, de 2017	21/09/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à 02ª Promotoria De Justiça em Caeté pedido de providências para apurar a denúncia de descarte irregular de cadáveres de animais, uma vez cães mortos foram encontrados em tambores que estavam no pátio das Secretarias de Saúde e de Administração.
122	RQC 9.805, de 2017	21/09/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à 08ª Promotoria De Justiça em Teófilo Otoni pedido de providências para o cumprimento das legislações relativas aos animais no Canil Municipal de Teófilo Otoni.
123	RQC 9.806, de 2017	21/09/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil em Teófilo Otoni pedido de providências para inquérito acerca de irregularidades no Canil Municipal de Teófilo Otoni.
124	RQC 9.807, de 2017	21/09/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer a V. Exa., nos termos do art. 100, XVI, do Regimento Interno, seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao Canil Municipal, no Município de Teófilo Otoni, para verificar a situação dos animais que estão lá alocados.
125	RQC 9.876, de 2017	21/09/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Poço Fundo pedido de providências para que seja instaurado um inquérito policial com vistas a apuração do envenenamento em massa de cães e gatos que tem ocorrido no bairro Mãe Rainha, situado em Poço Fundo.
126	RQC 9.877, de 2017	21/09/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer a V. Exa., nos termos do art. 123, III, do Regimento Interno, seja realizado debate público da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais sobre políticas públicas para animais.

Nº	Proposição	Data	Autoria	Ementa
127	RQC 9.918, de 2017	21/09/2017	Deputado Fred Costa	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Montes Claros pedido de informações sobre a situação da população de cães de rua daquele município tendo em vista o disposto na Lei estadual nº 21.970/2016.
128	RQC 8.492, de 2017	09/11/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada visita ao Centro de Controle de Zoonoses no Município de Montes Claros, para averiguar o estado de saúde dos animais ali abrigados, a infraestrutura do local, o modo como são descartados os animais mortos, os exames realizados para diagnosticar leishmaniose canina e o procedimento adotado em relação aos cães que são diagnosticados com essa doença.
129	RQC 9.826, de 2017	09/11/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 3ª Delegacia de Polícia Civil em Nova Lima pedido de informações sobre a denúncia de casos de abuso sexual de cães no Bairro Vale do Sol, especificando o andamento das investigações e o seu desfecho, se houver. Requer seja realizada visita ao evento Mutirão de Castração, a ser realizado pela ONG S.O.S. Bichinho, no Município de Pará de Minas.
130	RQC 10.083, de 2017	09/11/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada visita ao evento Mutirão de Castração, a ser realizado pela ONG S.O.S. Bichinho, no Município de Pará de Minas.
131	RQC 10.284, de 2017	09/11/2017	Deputado Fred Costa	Requer seja formulado voto de congratulações com o Instituto Luisa Mell, na pessoa de sua presidente Luisa Mell, por sua atuação em prol da causa animal no Brasil.
132	RQC 10.446, de 2017	09/11/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja formulado voto de congratulações com o Ten. PM José Dionísio Correia Júnior pela atuação na identificação e busca do homem que foi flagrado atropelando cães no Município de Pouso Alegre, em 1º de outubro de 2017.
133	RQC 10.447, de 2017	09/11/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja formulado voto de congratulações com o Ten.-Cel. PM Eyder de Souza Lambert pela atuação na identificação e busca do homem que foi flagrado atropelando cães no Município de Pouso Alegre, em 1º de outubro de 2017.
134	RQC 10.448, de 2017	09/11/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Tatiana Telles Koeler Matos pela atuação na identificação e busca do homem que foi flagrado atropelando cães no Município de Pouso Alegre, em 1º de outubro de 2017.
135	RQC 10.449, de 2017	09/11/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja formulada manifestação de repúdio ao deputado federal Valdir Colatto por sua autoria no Projeto de Lei 6.268/2016, que propõe a liberação da caça de animais silvestres no Brasil, inclusive daqueles em risco de extinção.
136	RQC 10.450, de 2017	09/11/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde de Belo Horizonte pedido de informações sobre os protocolos e procedimentos utilizados pelos centros de controle de zoonoses quando um animal doente ou machucado é recolhido nas ruas do município, especificando: o procedimento que se adota ao receber um animal que sofreu apenas dano físico e não apresenta doença zoonótica; os exames feitos no animal para definir o quadro clínico e os critérios que definem a necessidade de realização da eutanásia; os critérios usados para decidir pela eutanásia do cachorro Ringo, um Border Collie de 2 anos e meio, que chegou ao Centro de Controle de Zoonoses do Bairro São Bernardo no dia 13 de outubro após ser resgatado pelo Corpo de Bombeiros no Ribeirão Arrudas.
137	RQC 10.532, de 2017	09/11/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública para debater os conflitos e soluções a serem adotadas para a convivência do cão comunitário com a sociedade.
138	RQC 10.533, de 2017	09/11/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública, com a presença do Ministério Público e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, para debater a utilização de recursos públicos da saúde na política pública de proteção dos animais.
139	RQC 10.574, de 2017	09/11/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para investigação dos supostos casos de envenenamento de cães e de gatos no Bairro Estação, em Matozinhos.
140	RQC 10.711, de 2017	09/11/2017	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do rompimento da Barragem do Fundão, operada pela Samarco Mineração, nos animais domésticos e selvagens que viviam nos municípios mineiros atingidos pela lama, bem como as consequências desses impactos e as medidas mitigatórias e compensatórias adotadas.
141	RQC 10.713, de 2017	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater os impactos irreparáveis causados pelo rompimento da barragem de Fundão, operada pela Samarco Mineração S.A., aos animais domésticos e não domésticos que viviam nos municípios mineiros que foram atingidos pela lama, bem como as consequências causadas pelo desastre e as medidas mitigatórias e compensatórias adotadas pela Samarco Mineração S.A. desde o acontecimento do fato em questão.

Nº	Proposição	Data	Autoria	Ementa
142	RQC 10.866, de 2017	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao secretário de Saúde de Divinópolis pedido de informações relativas à denúncia de irregularidades no transporte de quatro animais de rua que foram recolhidos por agentes do Centro de Referência de Vigilância em Saúde Ambiental – Crevisa –, em 21/11/2017, bem como ao destino desses animais, tendo em vista que dois foram eutanasiados, especificando-se o motivo pelo qual os animais estavam sendo transportados de maneira irregular e os exames realizados nos animais que justificassem a eutanásia; e, ainda, o envio da cópia desses exames.
143	RQC 10.867, de 2017	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 12º Promotoria de Justiça em Divinópolis pedido de providências com vistas à apuração do cumprimento da Lei nº 21.970, de 2016, no referido município, tendo em vista denúncia de que agentes do Centro de Referência de Vigilância em Saúde Ambiental estavam transportando dois cães adultos e dois filhotes, amarrados por uma corda, na caçamba de um veículo e de que os dois cães adultos foram eutanasiados no mesmo dia, sob a alegação de estarem doentes.
144	RQC 10.868, de 2017	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao prefeito de Bambuí pedido de informações sobre quais providências estão sendo tomadas pela prefeitura diante da iminência de soltura de 25 cães que estão abrigados em um terreno particular, que está sendo utilizado desde 2014 pela Associação dos Amigos e Defensores dos Animais de Bambuí e cuja reintegração de posse está sendo solicitada pelo proprietário.
145	RQC 11.175, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre o motivo da falta de atendimento à população em casos de denúncias de maus-tratos contra animais.
146	RQC 11.176, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao comandante da Polícia Civil de Minas Gerais em Rio Paranaíba pedido de informações sobre a condução das investigações dos supostos crimes de maus tratos a animais ocorridos frequentemente nesse município.
147	RQC 11.177, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Delegacia Especializada de Investigação de Crimes Contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários em Belo Horizonte pedido de providências para que se verifique a denúncia de maus-tratos contra, aproximadamente, dez cachorros que estão em um imóvel localizado na Rua Getúlio Drummond Silva, nº 255, no Bairro Vista Alegre.
148	RQC 11.178, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que se verifique a denúncia de maus-tratos contra, aproximadamente, 10 cachorros que estão em um imóvel localizado na Rua Getúlio Drummond Silva, nº 255, no Bairro Vista Alegre.
149	RQC 11.179, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao delegado da Delegacia Especializada de Investigação de Crimes contra a Fauna em Belo Horizonte pedido de informações sobre a morte de gatos no Bairro Gutierrez, especificando as medidas adotadas para coibir novos casos de envenenamento e as ações já implementadas para identificar o responsável pelo ato criminoso.
150	RQC 11.190, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Belo pedido de providências com vistas a verificar o cumprimento da Lei nº 21.970/2016 no Município de Campo Belo, diante das denúncias de situação precária do canil municipal e de omissão do poder público no que diz respeito a recolhimento, identificação e esterilização de animais de rua.
151	RQC 11.191, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente em Belo Horizonte pedido de informações sobre o andamento do programa de controle ético-populacional dos animais do Parque Municipal Américo Renné Giannetti.
152	RQC 11.192, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao Ministério Público, em Rio Paranaíba, pedido de providências para garantir o cumprimento das legislações estaduais de bem-estar e de proteção animal.
153	RQC 11.233, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao Centro de Controle de Zoonoses pedido de informações sobre um suposto abandono de cães no Bairro Novo Horizonte, em Sabará, que, segundo imagens divulgadas nas redes sociais, teria sido feito por servidores da Prefeitura de Belo Horizonte.
154	RQC 11.234, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao delegado da Delegacia de Polícia Civil, em Matutina, pedido de informações sobre os casos de maus-tratos contra cães de rua nesse município, inclusive com denúncias de envenenamentos.
155	RQC 11.281, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil, em São João del-Rei, pedido de providências com vistas a investigar os supostos casos de envenenamento de cães e gatos no Bairro Várzea, no Município de Ritápolis.
156	RQC 11.282, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao delegado da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil, em Ipatinga, pedido de informações sobre a instauração e o andamento de inquérito policial para apurar o suposto caso de maus-tratos contra oito cachorros filhotes, ocorrido em Braúnas, em 8/1/2018, no campo de futebol da Vila Nossa Senhora do Amparo.
157	RQC 11.283, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Visconde do Rio Branco pedido de providências para que seja instaurado um inquérito policial para apurar um caso de maus-tratos contra um cachorro ocorrido em 21/2/2018.

Nº	Proposição	Data	Autoria	Ementa
158	RQC 11.403, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça Única em Aiuruoca pedido de providências para que verifique se a Lei nº 21.970, de 2016, está sendo cumprida no Município de Sericita.
159	RQC 11.506, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Polícia Civil de Itaúna pedido de providências para que seja instaurado um inquérito policial com vistas à apuração de um suposto caso de maus-tratos, conforme a redação do art.1º da Lei nº 22.231, de 2016, contra um cavalo no Povoado Lopes, na zona rural do referido município.
160	RQC 11.507, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Pouso Alegre pedido de providências para que seja instaurado um inquérito policial com vistas à apuração de suposto caso de maus-tratos contra um cavalo, em 12//3/2018, no referido município.
161	RQC 11.508, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Promotoria Única de Justiça em Januária pedido de providências para que verifique se a Lei nº 21.970, de 2016, está sendo cumprida no Município de Sericita.
162	RQC 11.509, de 201	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Piranga pedido de providências para que seja instaurado um inquérito policial com vistas à apuração dos casos de envenenamento de cães em situação de rua no referido município.
163	RQC 11.522, de 2018	15/03/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública para debater as políticas públicas de proteção animal no Estado e as dificuldades enfrentadas por ativistas e organizações não governamentais de proteção animal.
164	RQC 12.033, de 2018	24/05/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requerem seja encaminhado ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal e à 4ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Contagem pedido de providências para que, com urgência, sejam liberados os veículos que estão transportando carga viva, que estão impossibilitados de se locomover devido à greve dos caminhoneiros que afeta as rodovias do Estado.
165	RQC 12.010, de 2018	24/05/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública para debater o posicionamento do CRMV-MG quanto aos procedimentos de esterilização cirúrgica de cães e gatos realizados pelo Centro de Controle de Zoonoses da Prefeitura de Belo Horizonte.
166	RQC 12.009, de 2018	24/05/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Iturama pedido de providências para que seja verificado o cumprimento da Lei nº 21.970, de 2016, nesse município, especialmente no que tange à situação dos animais que estão abrigados no canil municipal.
167	RQC 11.906, de 2018	24/05/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Alto São Francisco, em Divinópolis, pedido de providências com vistas a que seja apresentada denúncia criminal contra o Sr. Galileu Machado, prefeito do município, e funcionários da prefeitura que foram responsáveis pelo extermínio de cães recolhidos das ruas da cidade.
168	RQC 11.805, de 2018	24/05/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 1ª Promotoria de Justiça em Patrocínio pedido de informações sobre o inquérito instaurado pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente do município para apurar supostas irregularidades no canil municipal e a ausência de políticas públicas para controlar a população de cães e gatos na cidade, especificando-se qual foi o desfecho das investigações e as medidas impostas à prefeitura para que os problemas sejam resolvidos.
169	RQC 12.371, de 2018	28/06/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada visita aos canis da Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap –, em Belo Horizonte, para verificar as denúncias recebidas sobre má alimentação dos animais abrigados e estrutura física precária dos canis do sistema prisional do Estado.
170	RQC 12.370, de 2018	28/06/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Administração Prisional pedido de informações sobre as denúncias apresentadas pelos protetores de animais quanto a deficiência na alimentação dos animais e na estrutura física dos abrigos a eles destinados no sistema prisional estadual.
171	RQC 12.369, de 2018	28/06/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada visita ao Abrigo Isabela Freitas, em Contagem, para conhecer as condições em que vivem os animais e as dificuldades pelas quais passam os protetores e defensores dos animais.
172	RQC 12.368, de 2018	28/06/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada visita aos canis da Polícia Militar de Minas Gerais, em Belo Horizonte, para verificar as condições de estrutura física e de alimentação oferecidas aos animais ali abrigados.
173	RQC 12.366, de 2018	28/06/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada visita ao Abrigo Daniela Perdigão, em Belo Horizonte, para conhecer as condições em que vivem os animais e as dificuldades pelas quais passam os protetores e defensores dos animais.
174	RQC 11.522, de 2018	05/07/2018	Deputado Noraldino Júnior	Debater as políticas públicas de proteção animal no Estado e as dificuldades enfrentadas por ativistas e organizações não governamentais de proteção animal.
175	RQC 12.508, de 2018	12/07/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública para debater os mutirões de castração, sua efetividade, as metodologias utilizadas e a visão das entidades de classe, da sociedade civil e dos órgãos competentes sobre essas metodologias.

Nº	Proposição	Data	Autoria	Ementa
176	RQC 12.507, de 2018	12/07/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária, com vistas à revisão do Decreto nº 47.383, de 2/3/2018, para que sejam reincluídos os maus-tratos aos animais domésticos nas infrações administrativas previstas na referida norma, em respeito à determinação constitucional federal.
177	RQC 12.369, de 2018	12/07/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada visita ao Abrigo Isabela Freitas, em Contagem, para conhecer as condições em que vivem os animais e as dificuldades pelas quais passam os protetores e defensores dos animais.
178	RQC 12.856, de 2018	08/11/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada visita ao Mercado Central do Município de Belo Horizonte para verificar a situação ilegal e precária em que se encontram os animais comercializados no local.
179	RQC 12.834, de 2018	08/11/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais – CRMV-MG – pedido de providências para que, em caráter de urgência, verifique in loco a atuação do médico-veterinário responsável pelos animais vivos comercializados no Mercado Central de Belo Horizonte, diante de evidências de desrespeito à Resolução nº 1236/2018, desse conselho, bem como às normas ambientais legais e infralegais vigentes, uma vez que os animais ficam enclausurados em gaiolas sujas, sem as mínimas condições de garantia do bem-estar animal, além de expostos a um alto nível de estresse.
180	RQC 12.833, de 2018	08/11/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja realizada audiência pública para debater a incompatibilidade da venda de animais vivos no Mercado Central de Belo Horizonte, conforme a Resolução nº 1236, de 26 de outubro de 2018, do Conselho Federal de Medicina Veterinária.
181	RQC 12.655, de 2018	08/11/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao delegado da 9ª Delegacia Regional de Polícia Civil, em Campo Belo, pedido de informações sobre o abuso sexual de duas cadelas, ocorrido dentro do canil do município, no início do mês de agosto, o que representa crime ambiental, conforme art. 32 da Lei Federal nº 9.605, de 1998.
182	RQC 12.654, de 2018	08/11/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Piranga pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial com vistas à apuração de suposto crime ambiental, conforme art.32 da Lei Federal nº 9605, de 1998, envolvendo o envenenamento de quatro cães de rua, segundo informações de moradores do município, nos meses de junho e julho, sendo que apenas um dos animais sobreviveu.
183	RQC 12.635, de 2018	08/11/2018	Deputado Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à 7ª Promotoria de Justiça em Montes Claros pedido de providências para que a legislação vigente em relação à proteção dos animais seja cumprida.

ANEXO III – ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE PARTICIPARAM DOS TRABALHOS

A4 Mineiro Divinópolis

Abrigo Isabela Freitas

Assembleia Estadual de Rondônia

Associação Bichos Gerais

Associação de Apoio aos Animais Abandonados

Associação do Bem Pet

Associação Justo Olhar

Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda

Associação Mineira de Municípios – AMM

Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

Câmara Municipal de Goianá

Câmara Municipal de Montes Claros

Câmara Municipal de Pará de Minas

Câmara Municipal de São João Del-Rei

Câmara Municipal de São Lourenço

Câmara Municipal de Tiradentes

Câmara Municipal de Três Pontas

Centro de Controle de Zoonoses de Montes Claros

Centro de Estudos em Biodireito

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais

Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal

Grupo de Apoio e Proteção aos Animais de Lagoa Santa

Grupo Especial de Defesa da Fauna – Gedef/MPMG

Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Andradas

Instituto Abolicionista Animal – IAA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – Ibama

Instituto Estadual de Florestas – IEF

Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG

Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais

Núcleo de Assistência à Saúde Veterinária da Polícia Militar de Minas Gerais

Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

Organização Não Governamental Ajuda

Organização Não Governamental Asas e Amigos

Organização Não Governamental Bem BGT

Organização Não Governamental Cão Viver

Organização Não Governamental do Bem Pet

Organização Não Governamental Espalhando Love

Organização Não Governamental Rock Bicho

Organização Não Governamental SOS Bichinho

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Polícia do Meio Ambiente de Belo Horizonte

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prefeitura Municipal de Andradas

Prefeitura Municipal de Cambuquira

Prefeitura Municipal de Contagem

Prefeitura Municipal de Itabirito

Prefeitura Municipal de Tiradentes

Prefeitura Municipal de Viçosa

Projeto Veterinários na Estrada

Promotoria de Justiça de Montes Claros

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad

Secretaria de Estado de Saúde – SES

Secretaria de Meio Ambiente de Belo Horizonte

Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Contagem

Secretaria Municipal de Saúde de Itajubá

Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros

Sociedade Protetora dos Animais de Divinópolis

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Universidade Federal de Viçosa – UFV